PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Economia FEA/PUC-SP

SUSTENTABILIDADE

Desafio 11 - PROSPERIDADE

Disciplina Sustentabilidade 1s 2019
Turma: ADM-ND7
Prof. Dr. Arnoldo José de Hoyos Guevara

Camila Castanho do Vale
Gabriela Afonso Rodolpho
Rafael do Canto Albarran

São Paulo - SP
2020 1s

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3
CAPÍTULO I - A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 3
1.0 - O que é distribuição de renda? 3
1.1 - Qual a importância da igualdade social? 4
1.2 – Como é feita a distribuição de renda, exemplos de mecanismos utilizados e o papel do governo 10
CAPÍTULO II - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL 11
2.0 – Breve histórico da economia brasileira 11
2.1 - Cenário econômico brasileiro atual 16
2.2 – Como a sociedade é influenciada pela má distribuição de renda 21
CAPÍTULO III - DESAFIOS 27
3.0 – Breves exemplos de mecanismos implantados nos últimos 20 anos visando uma maior igualdade social e seus resultados 27
3.1 – Desafios econômicos brasileiros atuais 31
3.2 – O que pode ser feito? 36
CONCLUSÃO 45
REFERÊNCIAS 46

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é contextualizar a atual situação socioeconômica brasileira, analisar o cenário econômico quanto à distribuição de riquezas e identificar os desafios a serem enfrentados para que o país atinja uma maior igualdade social.

Sabe-se que, em grande parte, a desigualdade social é responsável por diversos problemas enfrentados em diferentes localidades, como a criminalidade, baixos níveis de alfabetização, fome, entre outros. A desigualdade prejudica e limita o status social das pessoas, além de seu acesso a direitos básicos, como: acesso à educação e saúde de qualidade, direito à propriedade, direito ao trabalho, direito à moradia, ter boas condições de transporte e locomoção, entre outros.

Sociedades em que as pessoas são diferentes, optam por vestir roupas de determinado jeito ou viver a vida de maneiras diferentes não são formas de desigualdade. O fenômeno da desigualdade se manifesta no acesso aos direitos, como dito anteriormente, mas principalmente no acesso a oportunidades.

Logo, determinados grupos de pessoas de classes sociais e econômicas mais favorecidas têm acesso a boas escolas, boas faculdades e, consequentemente, a bons empregos. Ou seja, vivem, convivem e crescem num meio social que lhe está disponível.

É um ciclo vicioso: esses grupos se mantêm com seus privilégios e num círculo restrito, relacionando-se social e economicamente por gerações a fio. A grande questão é: o que fazem aqueles que estão à margem dessa bolha social?

CAPÍTULO I - A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

1.0 - O que é distribuição de renda?

Na economia, distribuição de renda ou distribuição de riqueza é o modo como se processa a repartição da riqueza e dos bens socialmente produzidos, entre os habitantes e entre os diferentes estratos da população de um país ou região. Ou seja, se refere à maneira pela qual a renda nacional é repartida entre as várias categorias de pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para sua produção.

A forma mais tradicional de se medir o desempenho da economia de um país é pela análise de seu Produto Interno Bruto (PIB) e da renda per capita, que nada mais é o que o valor do PIB dividido pelo número de habitantes. O PIB consiste no valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em dado período. A medição pode ser feita de duas maneiras: somando a despesa total das famílias ou somando a renda total (salários, aluguéis e lucros) paga pelas empresas. O quociente da divisão do valor do PIB pelo número

de habitantes do país proporciona uma ideia - muito imperfeita - do padrão de vida da população, isso porque há uma grande desigualdade na distribuição dessa riqueza em diversos países, incluindo o Brasil, no qual, em 2017, o índice de Gini subiu para 0,509.

O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo, no qual é apontada a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. A construção do coeficiente de Gini é baseado na "Curva de Lorenz", que mostra como a proporção acumulada da renda varia em função da proporção acumulada da população, estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda.

1.1 - Qual a importância da igualdade social?

A desigualdade social é um tema presente a muitos anos na vida de todos, quando se coloca as diferenças econômicas e de tratamento na sociedade, até a faculdade, onde se aprofundam os conhecimentos sobre a área.

A desigualdade social se trata de um processo existente dentro das relações da sociedade, presente em todos os países do mundo. Ou seja, faz parte das relações sociais, pois determina um lugar aos desiguais, seja por questões econômicas, de gênero, de cor, de crença, de círculo ou grupo social. Essa forma de desigualdade prejudica e limita o status social dessas pessoas, além de seu acesso a direitos básicos, como: acesso à educação e saúde de qualidade, direito à propriedade, direito ao trabalho, direito à moradia, ter boas condições de transporte e locomoção, entre outros.

Sociedades em que as pessoas são diferentes, optam por vestir roupas de determinado jeito ou viver sua vida de maneiras diferentes não são formas de desigualdade. O fenômeno da desigualdade se manifesta no acesso aos direitos, como dito anteriormente, mas principalmente no acesso a oportunidades. De acordo com Rosseau, a desigualdade tende a se acumular.

Logo, determinados grupos de pessoas de classes sociais e econômicas mais favorecidas têm acesso a boas escolas, boas faculdades e, consequentemente, a bons empregos. Ou seja, vivem, convivem e crescem num meio social que lhe está disponível.

É um ciclo vicioso: esses grupos se mantêm com seus privilégios e num círculo restrito, relacionando-se social e economicamente por gerações a fio.

Meritocracia é um mito: não há como clamar que uma classe social alcança bons feitos por mérito, frente a outra que sequer consegue acessar as mesmas oportunidades. Um princípio do

direito prega em tratar os iguais como iguais e os desiguais como desiguais, com o intuito de reconhecer como a força das vivências, dos locais de origens e da vida social tendem a se manter os mesmos por décadas.

Vários teóricos e pensadores culpam a existência da desigualdade social num vértice em comum: a concentração do dinheiro, ou seja, a má distribuição de renda. Sendo a desigualdade social o fruto da concentração de dinheiro e poder a uma parte muito pequena da população, o que resta à grande parcela da sociedade é dividir o restante.

Algumas das causas da desigualdade social:

· Má distribuição de renda – e concentração do poder;

· Má administração de recursos – principalmente públicos;

· Lógica de mercado do sistema capitalista – quanto mais lucro para as empresas e os donos de empresa, melhor;

· Falta de investimento nas áreas sociais, em cultura, em assistência a populações mais carentes, em saúde, educação;

· Falta de oportunidade de trabalho.

Desigualdade de gênero:

Uma pauta muito discutida desde o início do século XXI. Ela se manifesta na discriminação de oportunidades, de tratamento, de direitos, de liberdade. Por vezes, no sistema patriarcal, mulheres recebem salários mais baixos que um homem, mesmo fazendo o mesmo trabalho, com o mesmo grau de ensino e cumprindo os mesmos horários.

Desigualdade racial:

O Brasil, ao contrário do mito, não é uma democracia racial. A desigualdade começa já na discussão de oportunidades: onde as pessoas negras moram e crescem hoje? Como herança da escravidão, 72% dos moradores de favela são negros. Sete em cada dez casas que recebem o benefício do Bolsa Família são chefiadas por negros, segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do Ipea.

Desigualdade de classes:

Dependendo o autor, a explicação desse tipo de desigualdade será diferente. Mas, basicamente, sempre levará em conta a ocupação profissional, a escolaridade, a riqueza, os bens, a renda das pessoas. O sociólogo Max Weber acredita que as classes sociais estão ligadas aos privilégios e prestígios, sendo uma forma de estratificação social. Acredita que essas classes

tendem a se manter estáveis ao longo de gerações, reproduzindo a desigualdade com as classes inferiores.

Já Karl Marx, entende que existem duas grandes classes: a trabalhadora (proletariado) e os capitalistas (burguesia). Enquanto os trabalhadores se importam em sobreviver, os capitalistas se preocupam com o lucro. E, assim, criam as desigualdades e os conflitos sociais, como a opressão e a exploração.

A desigualdade social no Brasil:

De acordo com o estudo liberado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a concentração de renda aumentou em 2018 no país. Os dados mostram que o rendimento mensal dos 1% mais ricos do país é quase 34 vezes maior do que o rendimento da metade mais pobre da população.

Ainda, o estudo mostrou que a renda dos 5% mais pobres caiu 3%, enquanto a renda dos 1% mais ricos aumentou em 8%. Assim, o Índice de Gini – instrumento utilizado para medir a desigualdade no Brasil – voltou a subir. Em 2018, alcançou o número de 0,509. Vale lembrar que o índice varia de zero a um. Quanto mais próximo de um, pior é a distribuição de renda no país.

A desigualdade é um problema sistêmico no Brasil e no mundo. Isso define a importância de se ter uma igualdade social.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mudou a metodologia para calcular a desigualdade entre ricos e pobres no Brasil. O resultado, porém, reafirma um problema nacional: a diferença de renda persiste.

O indicador de desigualdade é um dos resultados divulgados pelo IBGE na quarta-feira (29) a partir da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, que investigou o rendimento e a força de trabalho. A pesquisa trabalhou com dados coletados em 2016, ano em que o país estava em recessão econômica e com o desemprego em alta.

Em razão das mudanças metodológicas (que detalhou mais as perguntas sobre o que efetivamente o brasileiro recebe em um ano), o instituto não comparou os dados com os de anos anteriores, mas segundo o IBGE o cenário econômico ruim afetou o rendimento do brasileiro. “Em tempos de crise, essa desigualdade se acentua”, afirmou o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, em entrevista à Agência Reuters.

Em 2017, a economia voltou a dar sinais de recuperação e o desemprego, de recuo. Outro levantamento, divulgado nesta quinta-feira (30), indicou que a taxa de desocupação caiu de 12,8% (trimestre encerrado em julho) para 12,2% (trimestre encerrado em outubro).

Significa dizer que havia, no período, 12,73 milhões de pessoas desempregadas em busca de trabalho. Esses resultados podem, adiante, estabilizar ou reduzir um pouco a desigualdade.

Concentração e desigualdade

Em 2016, o ganho médio de uma pessoa que integra o grupo de 1% mais rico da população era equivalente a 36 vezes do ganho de uma pessoa que integra o grupo da metade mais pobre do país. 889 mil é o número de pessoas que integram o grupo de 1% mais rico, que em 2016 teve rendimento médio de R$ 27 mil /mês. 44,4 milhões é o número de pessoas que integram o grupo de 50% com menor renda e que em 2016 ganhou R$ 747 em média por mês, inferior ao salário mínimo.

A concentração de renda e a diferença entre os ganhos desses dois grupos demonstram o quanto o Brasil é desigual. O índice de Gini, usado para medir a desigualdade, ficou em 0,525 no país em 2016. O IBGE está estudando como adaptar à nova metodologia para calcular o índice a partir de 2012 e, assim, verificar se a desigualdade aumentou de fato ou apenas se estabilizou.

O índice de Gini vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, mais igualitária a distribuição de renda. Em 2016, o índice variou de acordo com a região e, a exemplo do que já se viu em outros estudos, a desigualdade continua mais alta no Nordeste.

Comparação por região

O resultado de 0,525 refere-se ao rendimento mensal real do brasileiro, ou seja, que considera tudo o que foi recebido (salário, pensão e aposentadoria, entre outras fontes).

Quando o IBGE considera a renda domiciliar per capita (todo o rendimento dividido pelo número de moradores de uma casa), o índice de Gini no país chega a 0,549. O Distrito

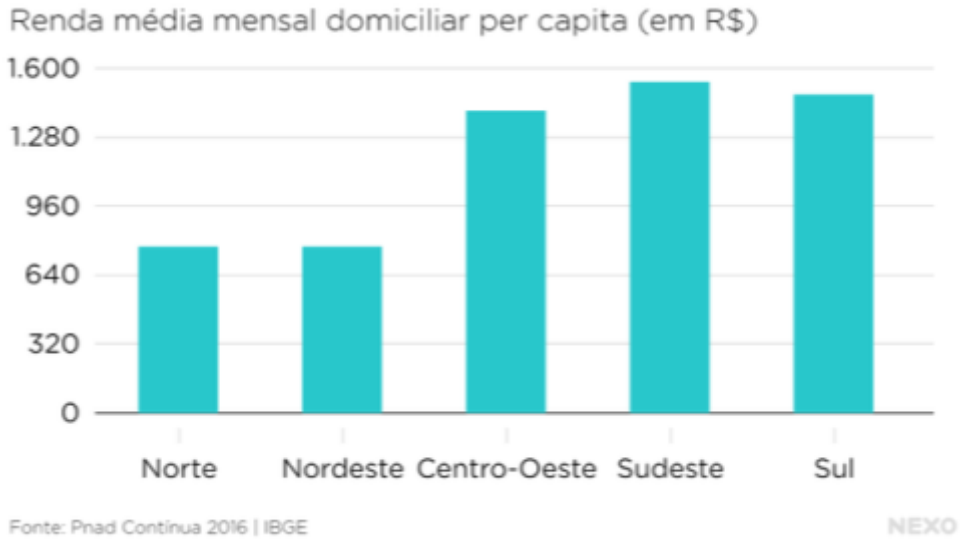
Federal é a unidade mais desigual, enquanto Santa Catarina é o estado com melhor distribuição de renda entre seus habitantes.

Comparação por unidade federativa

Renda de acordo com região, gênero e cor

A pesquisa identificou que o rendimento médio real domiciliar per capita foi de R$ 1.242. A exemplo do que ocorre com indicadores de desigualdade, Norte e Nordeste ainda apresentam rendimento inferior ao verificado nas demais regiões.

Rendimentos no país



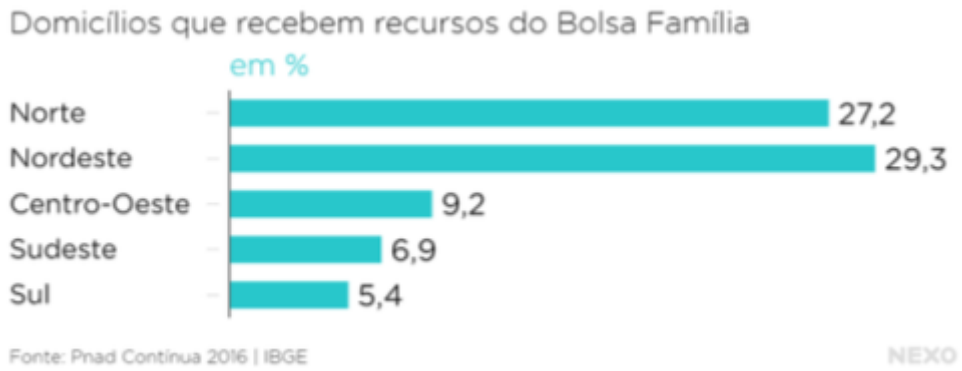
Segundo o IBGE, a informalidade ajuda a explicar a diferença entre as regiões. Explica também o fato de estar no Norte e no Nordeste o maior número de famílias que dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. No Nordeste, por exemplo, 29,3% dos 18,3 milhões de domicílios recebem recursos repassados pelo programa federal.

Segundo o IBGE, o Nordeste é a região em que se verifica o menor percentual de rendimentos oriundos do trabalho e, por outro lado, o percentual mais alto de brasileiros com rendimentos vindos de "outras fontes", o que inclui os programas de transferência de renda. Essa característica dá a dimensão do peso dos recursos assistenciais na renda familiar.

"Trata-se de uma região com mais informalidade no trabalho, o que contribui para taxas de desocupação mais elevadas. Essas características desfavoráveis fazem com que a população precise contar com programas de transferência de renda"

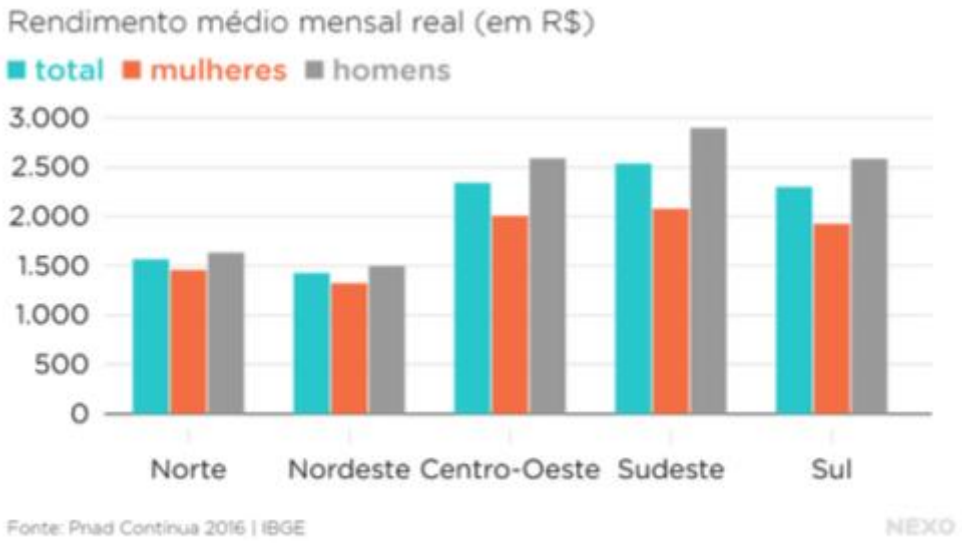
Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE

A transferência de renda



Em 2016, o rendimento médio de cada brasileiro foi de R$ 2.149. Quando é feito o recorte por gênero, o IBGE identifica que as mulheres receberam, na média, R$ 1.836. Já os homens tiveram rendimento de R$ 2.380. Há diferença também quando se observa a cor da pele: o rendimento médio de pessoas brancas foi de R$ 2.810, ante R$ 1.547 das pretas e R$ 1.524 das pardas.

Mulheres e homens



1.2 – Como é feita a distribuição de renda, exemplos de mecanismos utilizados e o papel do governo

A distribuição de renda no Brasil é feita dividindo se a população em grupos de 10%, os chamados decis. E a parcela dos 10% mais ricos é subdivida em faixas de 5%, 1% e 0,1%, como é feito nos países mais ricos. Os números de 2014, declarados pelos contribuintes à RFB em 2015, mostram que o 0,1% mais rico da população brasileira, ou 27 mil pessoas num universo de 27 milhões de declarantes do IRPF, afirmaram possuir R$ 44,4 bilhões em rendimento bruto tributável e R$ 159,7 bilhões em rendimento total bruto.

Eles possuem 6% da renda bruta e 6% dos bens e direitos líquidos do país. Essa parcela mais abastada também aufere uma renda 3.101% superior ao rendimento médio dos declarantes de IRPF e possuem uma quantidade de bens e direitos 6.448% superior à média. Já os 5% mais ricos possuem 28% da renda bruta e 28% dos bens e direitos. “É uma concentração bastante elevada”, observou o secretário de Política Econômica, Manoel Pires, ao comentar o relatório. A divisão em milésimos dentro do centil mais rico também possibilita a comparação entre os ricos. Os números da RFB mostram que o 0,1% concentra 44,3% do rendimento bruto do 1%

mais rico. Em outras palavras, no grupo do 1% de pessoas mais ricas do país, apenas um décimo delas possui quase a metade da renda.

Por ser usada por diversos outros países, a metodologia também permite comparações internacionais. No Brasil, a parcela do 1% mais rica da população possui 48,5% da renda dos 5% mais ricos. O nível é comparável ao da Alemanha (49,4%) e dos Estados Unidos (51,5%), que são os países desenvolvidos que estão no topo quando a desigualdade é medida dessa maneira.

Os Estados Unidos também ganham do Brasil quando o critério é o percentual da renda total auferido pela parcela dos 0,1% mais ricos – lá é de 7,5%; aqui, de 6%. O quadro brasileiro, no entanto, é bem pior que o da Alemanha (5,9%), França (2,9%) e Japão (2,5%).

Pires disse que esse estudo da SPE, além de permitir um melhor entendimento dos processos de mobilidade, vai possibilitar a formulação mais precisa de políticas públicas e um desenho mais adequado da estrutura tributária. “Devemos publicar os dados referentes a 2015 até outubro. Ao longo desse período, conseguimos trabalhar nos dados de anos anteriores para construir séries mais longas e entender como a distribuição evoluiu ao longo dos anos”, afirmou o secretário.

O Ministério da Fazenda publicou a portaria nº 170, que regulamenta a divulgação anual do relatório, no Diário Oficial da União do dia 11 de maio de 2016.

O papel do Governo é analisar os dados sobre a distribuição de renda e taxar com base nos rendimentos apresentados a Receita Federal.

CAPÍTULO II - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

2.0 – Breve histórico da economia brasileira

De acordo com o historiador e economista Caio Prado Jr. (1907-1990), a história econômica do Brasil pode ser estudada através de ciclos econômicos, os quais visam explicar os caminhos da economia brasileira.

Ciclo do Pau-Brasil

O primeiro produto a ser explorado pelos portugueses durante a época da colonização foi o pau-brasil (Caesalpinia echinata), cujo ciclo ocorreu ao longo da fase pré-colonial, compreendida entre 1500 e 1530. Esta árvore era encontrada na maior parte da costa do litoral brasileiro, numa faixa que ia do Rio Grande do Norte ao Rio de Janeiro, e sua extração era feita por mão de obra indígena e obtida através do escambo.

De floração amarela, o pau-brasil tem um tronco avermelhado cujo pigmento, após o processamento, era utilizado pelos índios para o tingimento de tecidos. Assim, quando os portugueses notaram seu uso, começaram a explorar o pau-brasil e enviar para a Europa, onde a árvore já era muito apreciada, na medida que os árabes já comercializam uma planta tingidora que vinha da Índia.

Além do uso para a extração de corante, o pau-brasil era útil na produção de utensílios em madeira, na confecção de instrumentos musicais e empregado na construção.

No entanto, após anos de exploração, o pau-brasil chegou em processo de extinção, o que dificultou a economia da metrópole, que rapidamente desenvolveu outras formas de enriquecer, como por exemplo através da produção da cana-de-açúcar, que já era cultivada em colônias portuguesas.

Para tanto, no início do século XVI os portugueses utilizaram o processo de trocas com os índios para conseguirem o pau-brasil. Mais tarde, eles começaram a escravizar os índios, obrigando-os a cortarem as árvores, uma vez que os escravos africanos eram muito caros. Essa imposição foi bem difícil para os portugueses, na medida que os índios fugiam e conheciam melhor o território. Além disso, eles contraíram diversas doenças dos colonizadores, o que levou a mortandade de milhares de indígenas.

Foi em 1570 que a escravidão indígena foi proibida pela primeira vez, no entanto, ela permaneceu até o final do século XVIII. Aos poucos, os índios foram substituídos pelos escravos africanos.

Ainda que a maior parte da exploração da madeira tenha sido realizada na primeira década, ela permaneceu até o século seguinte, quando perdeu sua importância no mercado consumidor. Isso porque o transporte era dispendioso e outro produto começava a ser comercializado: o açúcar.

Ciclo da Cana-de-Açúcar

Após o esgotamento da oferta de pau-brasil - que ficou praticamente extinto - os portugueses passaram a explorar a cana-de-açúcar na sua colônia da América. Este ciclo durou mais de um século e teve impacto significativo na economia colonial.

O ciclo da cana-de-açúcar teve início no Brasil colônia na época em que foram criadas as capitanias hereditárias. A empresa açucareira brasileira foi durante os séculos XVI e XVIII a maior empresa agrícola do mundo ocidental, sendo o nordeste do país a região na qual ela atingiu seu grau maior de desenvolvimento. A área em que se desenvolveu a cana-de-açúcar foi na Zona da Mata, que se estende numa faixa litorânea, do Rio Grande do Norte ao Recôncavo

Baiano. Com o crescimento da produção açucareira, notadamente em Pernambuco e na Bahia, o Nordeste tornou-se o centro dinâmico da vida social, política e econômica do Brasil.

Portugal já tinha experiência no cultivo de cana, na produção e comércio de açúcar. Por volta de 1440, as colônias portuguesas de Açores, Madeira e Cabo Verde tinham uma produção que abastecia não só a metrópole, mas ainda a Inglaterra, portos de Flandres e algumas cidades da Itália.

Em 1530 as primeiras mudas de cana-de-açúcar foram trazidas da Ilha da Madeira, na expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa. Em 1532, Martim Afonso fundou o primeiro núcleo de povoamento do Brasil, a vila de São Vicente, onde instalou o primeiro engenho, a que deu o nome de engenho do Governador.

O engenho açucareiro era o local onde se fabricava o açúcar, ou seja, o local onde estava a moenda, a fornalha e a casa de purgar o açúcar. Com o tempo, passou a se chamar de "engenho" a toda grande propriedade produtora de açúcar. Engenho era onde se localizava a casa grande, a capela, a senzala, a fábrica do açúcar, os canaviais e as casas de alguns trabalhadores livres, como o feitor, o mestre do açúcar, alguns lavradores contratados e outros. O senhor de engenho vivia na casa grande com seus agregados e parentes, exercendo sobre eles grande autoridade. Os negros explorados como mão de obra escrava habitavam as senzalas. As capelas davam ao engenho uma vida social própria, sendo que alguns engenhos chegavam a ter até 4000 habitantes.

Até o começo do século XVII, a produção açucareira no Brasil não parou de crescer, alcançando o apogeu nas três primeiras décadas desse século. As principais causas do fim do ciclo da cana-de-açúcar foram:

- Em 1580, Portugal passou para o domínio da Espanha;
- A Espanha estava em guerra com a Holanda, país responsável pela distribuição e comercialização do açúcar vindo da colônia (atual Brasil) ao mercado europeu;
- No início do século XVII, os holandeses controlavam o comércio marítimo dos países europeus;
- Portugal perdeu para a Holanda a melhor parte de sua colônia, que eram as terras já cultivadas e prósperas de Pernambuco;
- O mercado de açúcar, para Portugal, desorganizou-se e a produção começou a cair.

Em 1640, quando Portugal se viu livre do domínio Espanhol, o Brasil já não era importante no mercado mundial de açúcar. A produção de outras colônias europeias, principalmente das Antilhas, havia superado a produção brasileira, por encontrar mais facilidade no mercado europeu.

Durante todo o século XVII o Brasil tentou recuperar a produção, mas nada conseguiu. Com isso, findava o ciclo da cana-de-açúcar, e a colônia entrou numa estagnação com relação à metrópole que só terminou no início do século XVIII, quando começava o ciclo do ouro.

Ciclo do Ouro

O ciclo do ouro é considerado o período em que a extração e exportação do ouro figurava como principal atividade econômica na fase colonial do país e teve seu início no final do século XVII, época em que as exportações do açúcar nordestino decaiam pela concorrência mundial do mercado consumidor.

Entre 1750 e 1770, Portugal enfrentava dificuldades econômicas internas decorrentes de má administração e desastres naturais, além da pressão sofrida pela Inglaterra, a qual, ao se industrializar, buscava consolidar seu mercado consumidor, bem como sua hegemonia mundial. Assim, a descoberta de grandes quantidades de ouro no Brasil, tornava-se um motivo de esperanças de enriquecimento e estabilidade econômica para os portugueses. Portanto, os primeiros exploradores a procurarem ouro e metais valiosos no Brasil tinham o objetivo de levá-los à metrópole, onde seriam desfrutados. Entretanto, estas incursões pioneiras no litoral e interior do país não ocasionaram muitos resultados, além do conhecido, que fora a conquista do território.

As grandes jazidas de ouro foram descobertas em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, onde foram divididas em forma de lavras (lotes auríferos para exploração). Durante o auge deste ciclo, no século XVIII, foi gerado um grande fluxo de pessoas e mercadorias nas regiões citadas, desenvolvendo-as intelectual (chegada de ideias iluministas trazidas pela elite recém intelectualizada) e economicamente (produção alimentar para subsistência e pequenas manufaturas). Nesse período, estima-se que a população brasileira tenha passado de 300 mil para cerca de 3 milhões de pessoas

Com o advento da exploração aurífera, esta atividade passou a ser a mais lucrativa na colônia, o que acarretou a transferência da capital colonial de Salvador para o Rio de Janeiro, de modo a assegurar a fiscalização das regiões de mineração que se acercavam.

Esse período representou o momento de maior abuso e dominação do Brasil pelos países europeus, posto que a Coroa portuguesa cobrava altos impostos sobre o minério extraído, os quais eram taxados nas Casas de Fundição, onde as pedras eram derretidas e transformadas em barras e receberiam um selo que dariam legitimidade para ser negociado, pois haviam desvios e sonegações que, quando descobertos, eram penalizados duramente.

Os principais mecanismos de controle foram:

Quinto: 20% de toda a produção do ouro caberiam ao rei de Portugal;

Derrama: uma quota de aproximadamente 1.500 kg de ouro por ano que deveria ser atingida como meta pela colônia, caso contrário, penhoravam-se os bens dos senhores de lavras;

Capitação: imposto pago pelo senhor de lavras por cada escravo que trabalhava em seus lotes.

Percebe-se que os altos impostos, as taxas, as punições e os abusos de poder político exercido pelos portugueses sobre o povo que vivia na região e no Brasil como um todo, gerava conflitos que culminariam em várias revoltas (sendo a mais notável a Inconfidência Mineira de 1789) e, ao mesmo tempo, essa economia trouxera um crescimento demográfico ao país e desenvolvera uma economia baseada na atividade pecuária em diversas regiões isoladas do território brasileiro.

Essa economia também derivou em pobreza e desigualdade, pois ao final deste ciclo, a população ficara à margem da sociedade, tendo de se sujeitar a agricultura de subsistência para sobreviver. Após este período, o Brasil permanecia como simples exportador de produtos primários, estancado neste ciclo vicioso e sem conseguir envergadura técnica capaz de promover o seu desenvolvimento econômico.

Por fim, o ciclo do ouro perdurou até o ocaso do século XVIII, quando se esgotaram as minas, aproximadamente em 1785, em pleno desenrolar da Revolução Industrial.

Ciclo do Café

O ciclo do café foi o responsável pelo impulso à economia brasileira do início do século XIX. Esse período foi marcado pelo intenso desenvolvimento do país, com a expansão de estradas de ferro, a industrialização e a atração de imigrantes europeus.

O ciclo do café no Brasil teve seu começo em 1727, início do século XVIII, quando chegaram ao país as primeiras mudas, sendo cultivado no Pará e depois Maranhão, Vale do Paraíba (RJ) e São Paulo. As lavouras de café também se espalharam por Minas Gerais e Espírito Santo. Durante muito tempo o produto foi plantado para consumo doméstico, porém, a cultura em pequenas proporções no norte do país foi se expandindo em direção ao sudeste, quando, a partir de 1870, no oeste paulista, nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto, foi encontrada a “terra roxa”, solo rico para os cafezais. A grande parte da produção estava no estado de São Paulo. A elevada quantidade de grãos favoreceu a modernização de modais de transporte, notadamente ferroviário e portuário. O escoamento era feito pelos portos do Rio de Janeiro e Santos, que receberam recursos para adequação e melhorias.

As fazendas se espalharam, a produção exportadora cresceu e os imigrantes, principalmente italianos, vieram trabalhar nas fazendas. Nesse momento histórico, a mão de obra escrava havia sido abolida (1888), o que gerou grande crise nas zonas cafeeiras mais antigas, a da Baixada Fluminense e a do Vale do Paraíba, e os fazendeiros não quiseram aproveitar os trabalhadores libertos, a maioria das vezes por preconceito. Assim houve necessidade de arranjar mais braços para a lavoura, condição que atraiu imigrantes europeus, com destaque para os italianos, sendo a imigração custeada pelo poder público, o que representou a solução para a lavoura paulista. Mesmo existindo os pequenos plantadores, o que predominou foram as grandes fazendas de monocultura, característica da economia colonial.

O Brasil recebeu 30 mil imigrantes só em 1886, nos anos seguintes essa média foi crescendo e chegou a mais de 130 mil. A cafeicultura exportadora do café foi aos poucos se expandindo e logo atingiu índices de maior produto de exportação do país. O Brasil chegou a exportar mais de 50% do consumo mundial.

O ciclo do café sofreu duas quedas, nas primeiras décadas do século XX, decorrentes das crises internacionais.

Após quase cem anos de prosperidade, o Brasil começou a enfrentar uma crise de superprodução: havia mais café para vender do que compradores. Do mesmo modo, ocorre o fim do ciclo cafeeiro em consequência da quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Sem compradores, a indústria cafeeira diminuiu de importância no cenário econômico brasileiro a partir dos anos 50.

A queda da produção do café também significou um marco para o país no que tange à diversificação da base econômica. A infraestrutura, antes utilizada para o transporte de grãos, foi o suporte para a indústria, que passa a manufaturar produtos de elaboração simplificada, como tecidos, alimentos, sabão e velas.

2.1 - Cenário econômico brasileiro atual

A situação mundial nesse ano de 2020 passou por uma mudança radical de perspectivas desde que a epidemia do novo coronavírus, no começo estava apenas em uma região da China, mas conforme os meses se passaram adquiriu caráter global, transformando-se numa pandemia muito rapidamente. O impacto econômico inicial, até meados de fevereiro, ocorreu principalmente no país de origem onde a onda veio forte, porém rapidamente estendeu-se aos mercados financeiros mundiais. Hoje, todas as medidas de isolamento social ou quarentena estão sendo aderidad em quase todos os países, numa escala e velocidade nunca antes vista no mundo, nem mesmo em períodos de guerra.

A economia brasileira em meio a todo esse novo cenário mundial enfrenta a crise num momento em que se observava uma retomada gradual do crescimento depois de um bimestre negativo no final de 2019, mas conforme se depreende dos dados da atividade econômica de janeiro e estimativas do Ipea para fevereiro. Devido as medidas de contenção de disseminação da Covid-19 passaram a ser adotadas a partir da terceira semana de março em todo país, tornando-se progressivamente mais restritivas: desde a recomendação para que as pessoas evitassem aglomerações passou-se rapidamente à recomendação para ficarem em casa, estímulo ao trabalho remoto onde possível, cancelamentos de eventos e finalmente fechamento do comércio e limitação dos transportes públicos. Seu impacto sobre a atividade econômica está sendo muito forte. Tanto que os serviços que deixam de ser prestados são fluxos de renda perdidos, que não se recuperam mais.

A política econômica vem respondendo à perspectiva de aumento do desemprego e queda da renda por meio de medidas monetárias e fiscais.

No primeiro caso, houve a redução da taxa de juros e de alíquotas de compulsórios e medidas para ampliação do crédito com o relaxamento temporário de normas prudenciais.

No segundo, medidas que já superam os R$ 300 bilhões estão sendo mobilizadas no sentido de reduzir o impacto negativo da crise sobre a renda, especialmente dos mais pobres, o emprego e, na medida do possível, a produção e a situação das empresas, principalmente micro, pequenas e médias.

Dois aspectos da política fiscal são destacados. Primeiro, a importância de que as medidas sejam de caráter temporário e extraordinário, permitindo a manutenção do teto de gastos sem que isso limite as ações necessárias à preservação da vida por meio da ampliação da capacidade dos serviços de saúde e da manutenção da renda.

Embora o anúncio de medidas se suceda diariamente à medida que as necessidades são identificadas, os meios para atendê-las frequentemente dependem de medidas legais que atrasam a ação do Executivo em momentos como este por isso normalmente não são imediatistas, mas está tendo rápida aprovação.

Nesse sentido, um aspecto positivo foi a rápida aprovação pelo Congresso da decretação do estado de calamidade pública, que libera o governo da necessidade de cumprir a meta de resultado primário deste ano.

O segundo aspecto positivo são medidas de política fiscal de caráter permanente, que resultem em alta de gastos obrigatórios devem ser evitadas para não colocar em risco o equilíbrio macroeconômico de longo prazo, que poderia prejudicar a recuperação econômica prevista neste texto e poderia gerar custos muito altos em termos de perda de renda e emprego.

A aprovação de emendas constitucionais que dessem maior flexibilidade na gestão da política fiscal ajudaria a minimizar esse risco.

No Brasil, da mesma forma que para o resto do mundo, a pandemia encontrou a economia num momento de crescimento moderado, com uma taxa anualizada de 2% no último trimestre de 2019 – a média dos últimos três trimestres foi de 2,2%. Os dois últimos meses do ano passado frustraram parcialmente as expectativas de um resultado melhor (ou seja, o resultado do trimestre parece ter refletido o forte desempenho de outubro), porém dados de janeiro deste ano – como o crescimento da produção industrial de 0,9% dessazonalizado ante dezembro, ou o aumento da formação bruta de capital fixo de 7,8% no mesmo tipo de comparação – indicam que se caminhava de volta para a trajetória anterior, de recuperação mais significativa.

No mercado de trabalho do país, a ocupação cresceu 2% na comparação interanual, com destaque para o trabalho formal (2,4%). A taxa de desemprego foi de 11,2% – 0,8 p.p. abaixo da de um ano antes. Em termos dessazonalizados (11,5%), foi a menor taxa desde o terceiro trimestre de 2016. Os dados de arrecadação tributária também confirmavam o bom momento da economia antes da pandemia se alastrar.

A pandemia do novo coronavírus obviamente modificou radicalmente esse quadro. Medidas visando reduzir a disseminação da doença (como o fechamento de escolas e universidades, do comércio presencial, exceto farmácias e supermercados, de equipamentos de lazer, além de restrições ao transporte público) devem provocar uma forte queda da atividade econômica em março e, principalmente, no segundo trimestre – como será analisado na última parte deste texto. O comportamento do mercado financeiro brasileiro na crise do coronavírus tem sido caracterizado por uma forte valorização do dólar (+15,4% entre 21 de fevereiro e 25 de março) e uma forte queda na Bolsa (-35,8% no mesmo período, simultaneamente ao S&P500, que caiu 24,6%).

Nos mercados futuros, houve elevação dos juros reais e nominais na estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) (gráficos 1 e 2). Em aproximadamente um mês, a curva de juros reais elevou-se de maneira mais ou menos paralela, em 1,8 p.p., na média dos vértices semestrais entre seis meses e dez anos e meio. A taxa do vértice de cinco anos, por exemplo, subiu de 2,3% para 4,2%.

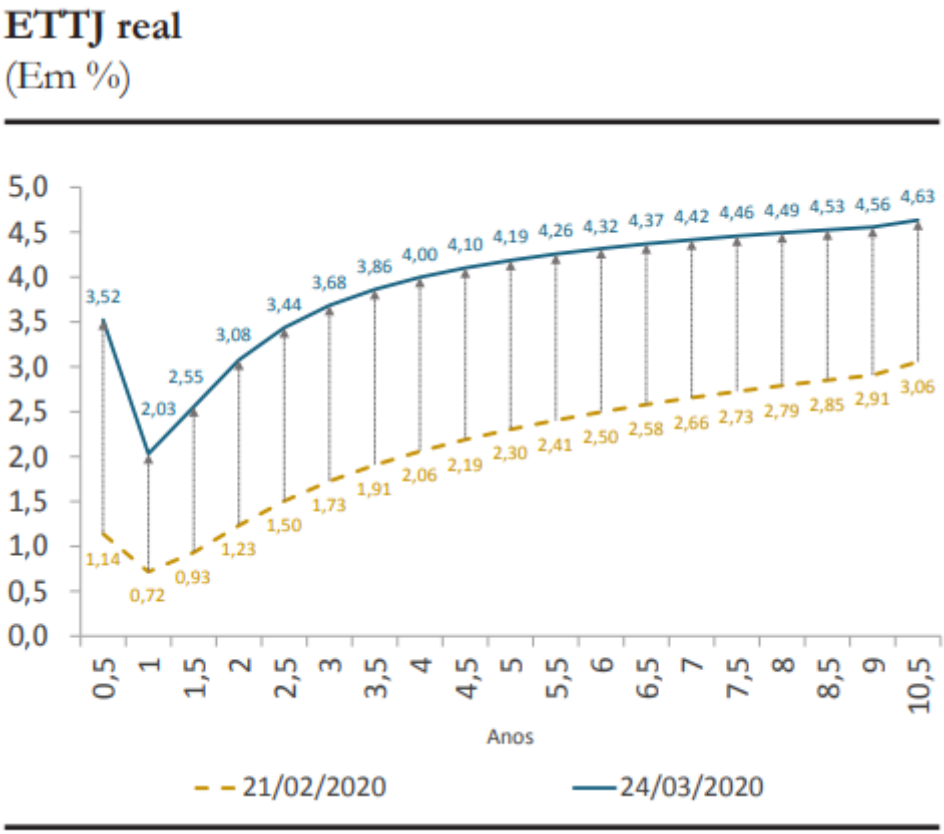


Gráfico 1 - Fonte: Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

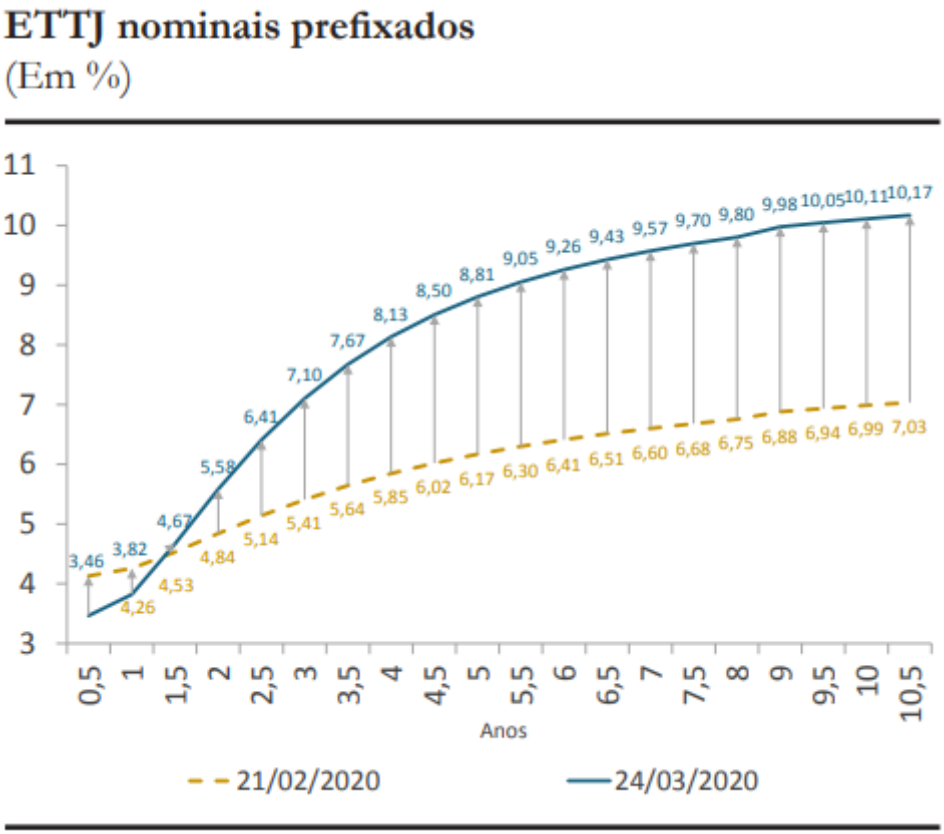


Gráfico 2- Fonte: Anbima. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A elevação na curva nominal assemelhou-se a uma rotação no sentido antihorário, levando a uma maior inclinação: pequena redução nos vértices até um ano e aumento crescente a partir daí, passando por 2,6 p.p. em cinco anos (juros de 8,8% a.a.) e chegando a 3,1 p.p. em dez anos e meio (juros de 10,2% a.a.). O complemento dessas curvas é a expectativa de inflação anual implícita: há um mês, era praticamente horizontal, subindo levemente de 3,5% no vértice de um ano para 3,9% no de oito e daí em diante. Agora, a inflação no curto prazo caiu bastante, refletindo a queda esperada no nível de atividade; no longo prazo, subiu para cerca de 5,2%, provavelmente refletindo mais a elevação do prêmio de risco do que propriamente a expectativa de inflação mais alta.

Diante desse quadro, a política econômica vem se ajustando de modo a amortecer o impacto negativo esperado. O Banco Central, que havia sinalizado com a manutenção da taxa de juros após reduzi-la de 4,5% para 4,25% a.a. na reunião do início de fevereiro, promoveu um novo corte na reunião de março, para 3,75% a.a. Além disso, o Conselho Monetário Nacional aprovou medidas que facilitam a renegociação de dívidas de empresas e famílias junto ao sistema bancário, ao reduzir as necessidades de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, e diminuiu também as exigências de capital dos bancos para a concessão de empréstimos. Vale lembrar que essas medidas se somam à redução de alíquotas de compulsórios sobre depósitos a prazo, anunciada em 20 de fevereiro, de 31% para 25%, complementada por uma nova redução, para 17%, em 20 de março.

Neste momento, todos os esforços devem ser direcionados para amenizar o problema de saúde pública e para mitigar os efeitos da crise sobre a população e a economia, mesmo que isso leve a deterioração significativa dos resultados fiscais no ano. A Emenda Constitucional 95, que criou a regra do teto de gastos, já prevê que os créditos extraordinários a serem abertos aos diferentes ministérios para o enfrentamento da crise – Saúde, Cidadania e outros – não são computados para efeito do seu cumprimento por se tratar de despesas transitórias.

As medidas anunciadas pelo governo até o momento, visando apoiar a economia e as famílias e indivíduos mais vulneráveis à crise que se desenha, podem ser classificadas segundo seu impacto fiscal e seu caráter permanente ou transitório. No primeiro caso, medidas sem impacto fiscal envolvem, dentre outras, a antecipação do pagamento de benefícios da Previdência Social, antecipação do pagamento do abono salarial ou a possibilidade de as empresas postergarem o recolhimento de impostos – todas implicando apenas em sua

distribuição ao longo do ano – ou as medidas que envolvem transferências de recursos de fundos (PIS/PASEP ou DPVAT) para atender necessidades prementes.

Uma medida com impacto fiscal permanente é a ampliação do programa Bolsa Família, enquanto medidas com impacto fiscal transitório seriam os aumentos de gastos por crédito extraordinário para a saúde. As medidas com impacto fiscal somam cerca de R$ 150 bilhões até o momento, dos quais apenas R$ 3,1 bilhões, referentes ao Bolsa Família, teriam impacto permanente este ano. No entanto, a intervenção total do governo, incluindo financiamentos e crédito às empresas, especialmente as micro, pequenas e médias, já é superior a R$ 300 bilhões. Portanto, esse é o cenário econômico no brasil atualmente As medidas anunciadas pelo governo até o momento, visando apoiar a economia e as famílias e indivíduos mais vulneráveis à crise que se desenha, podem ser classificadas segundo seu impacto fiscal e seu caráter permanente ou transitório para combater a pandemia sem quebrar a economia.

2.2 – Como a sociedade é influenciada pela má distribuição de renda

A má distribuição de renda é, possivelmente, a maior causadora da desigualdade social de um país. A má distribuição da renda acontece quando existe um desequilíbrio entre a população que possui alta renda e a população mais pobre.

Na má distribuição de renda existe um pequeno número de pessoas ou de famílias com alta concentração de renda (riqueza). Já a maior parte da população vive com uma renda inferior, muitas vezes insuficiente para sua sobrevivência básica.

A má distribuição de renda dá origem a um problema conhecido como concentração de renda, que é justamente a concentração de boa parte da renda do país nas mãos de um pequeno grupo social. Como consequência disso, a parte restante da renda é dividida entre as demais classes sociais. Porém essa divisão para as demais classes é feita pelo governo através de mecanismos mencionados na primeira parte deste trabalho e esses mecanismos são extremamente burocráticos o que por sua vez dificultam a distribuição.

Locais mais distantes como no Nordeste são prejudicados pelo clima e o dinheiro que poderia ser utilizado para criar mecanismos de melhoria de vida como canalização de água vinda de rios grandes como o São Francisco são inutilizados pela falta de dinheiro ou o desvio do mesmo, outro problema atualmente é a questão do Corona Vírus pois pode ser visto que os hospitais estão ficando cada vez mais sobrecarregados e as pessoas que possuem dinheiro conseguem tratamento e internações em alas hospitalares em hospitais privados e por muitas vezes conseguem se curar enquanto pessoas sem dinheiro precisam ser internadas em hospitais públicos e de campanha(criados para a situação atual de calamidade) e muitas dessas pessoas

infelizmente acabam falecendo tudo isso para não dizer sobre o descaso do poder público que vem tentando mascarar os dados.

As regiões mais afetadas pelos problemas sociais são o Norte e o Nordeste do país, os quais apresentam os piores IDH's (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil.

Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2011) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apontam a diminuição da pobreza e, consequentemente, da desigualdade social.

Assim, nos últimos anos 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média.

Entretanto, estima-se que 16 milhões de pessoas ainda permanecem na pobreza extrema.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), as transferências do Programa Bolsa Família são responsáveis por 13% da redução da desigualdade no país.

Embora o Brasil esteja entre os dez países com o PIB mais alto, é o oitavo país com o maior índice de desigualdade social e econômica do mundo.

Segundo relatório de ONU (2010) as principais causas da desigualdade social são:

- Falta de acesso à educação de qualidade;
- Política fiscal injusta;
- Baixos salários;
- Dificuldade de acesso aos serviços básicos: saúde, transporte público e saneamento básico.

A violência é um tipo de comportamento que, como consequência, causa dano a uma pessoa ou grupo de pessoas, ou objeto, e viola a integridade física ou psicológica do indivíduo. É a força física ou psicológica empregada de maneira excessiva e danosa a outrem. E a criminalidade é, para o Direito, uma conduta atípica, passível de culpa, a qual viola um código de leis ou constituição praticada por seres humanos, e vulgarmente tida como um ato que transgrede o princípio da moralidade.

Violência e criminalidade são fenômenos que costumam precederem entre si e que, na maioria dos casos, pode ser explicado como consequência da desigualdade social.

Pessoas sem acesso a uma boa educação, até mesmo por parte dos pais, e que sofrem omissão do estado, não tendo condições básicas de subsistência, acabam se influenciando, ora por tendência natural da psique humana, ou por influência do meio social onde vivem, a praticar atos delituosos e violentos, como forma, em suas próprias concepções de adquirir meios financeiros, ou mesmo de luta contra a desigualdade imposta.

Como resultado, observam-se, em países e regiões que sofrem com a desigualdade social, altos índices de homicídios e delitos praticados pelos indivíduos em geral, mais carentes de recursos e tendenciosos a atos desse tipo.

Vale ressaltar que esses fenômenos não ocorrem como regra da consequência de desigualdades sociais, haja vista que a maioria da população que é afetada pela desigualdade, não recorre a meios violentos ou ilícitos para driblar essa realidade, sendo esses fenômenos explicados, nesses casos, por traços de personalidades individuais.

O desemprego é a média da população que, com a sua força de trabalho, não está devidamente alocada em um emprego. É um fenômeno com maior índice, observado principalmente em países emergentes, cuja economia não cresce em proporção ao crescimento demográfico da população, que, por sua vez, não encontra meios de alocação no mercado de trabalho, por consequência de outros fenômenos como a educação precária, e mecanização da maioria dos meios de produção.

Observa-se o desemprego como outra consequência da desigualdade social, uma vez que quem detém a renda numa sociedade, tem acesso a uma melhor capacitação profissional e educacional, que subsidia a empregabilidade de um cidadão.

São conflitos que envolvem interesses, gerando disputa normalmente violenta entre dois ou mais grupos distintos de indivíduos, que se organizam na busca pela conquista desses objetivos. Normalmente, as guerras podem ser entre nações, ou grupos de uma mesma nação com intenções divergentes, ao ponto de gerar um conflito, sendo chamada de guerra civil ou conflito civil.

> Observa-se que, em muitas das sociedades onde há uma desigualdade social elevada, existe algum tipo de guerra ou conflito civil em curso ou constantemente surgindo.

Os conflitos sociais costumam ser originados a partir de protestos em favor de melhores condições sociais. E as guerras sempre são um meio de países que já tem concentração alta de recursos, tentar expandir-se, conquistando, através da imposição e da força, países mais fracos econômica, militar e socialmente. Implicitamente, envolve a desigualdade social como causa.

A educação é um fenômeno que engloba os processos de ensinar e aprender e que existe em qualquer que seja a sociedade humana, guardadas as formas, os métodos e as proporções que são aplicados esses processos. A educação, numa sociedade, promove a culturalização e a inserção do indivíduo no meio social, através do aprimoramento de suas capacidades intelectuais.

Numa sociedade, quando a educação é afetada pela desigualdade social, reflete na qualidade com que se é aplicada a metodologia e as condições de espaço e estrutura física a determinadas camadas da população, gerando um déficit no aprendizado e na qualidade em que se é transmitido o conhecimento a quem aprende.

Essa precariedade em sistemas educacionais pode ter explicação em diversos fenômenos gerados pela desigualdade social, como má gestão pública de recursos financeiros, falta de interesse da população em se buscar um ensino de qualidade, uma vez que, diante da pobreza, a sociedade atingida pela desigualdade vê-se em uma escolha entre sobreviver ou aprender, e o fenômeno da evasão escolar que cresce em escalas altíssimas.

A pobreza é entendida como a carência de recursos econômicos, sociais, financeiros e de energia para mudar o que é imposto. O fenômeno da pobreza talvez seja o que mais traduza a desigualdade social como um todo, visto que é a primeira consequência observada e identificada como divergência entre quem detém a maior parte da renda e quem não tem ou quase não possui renda.

Nota-se, nos países que têm os mais altos índices de desigualdade social, a disparidade entre ricos e pobres, em que uma parcela mínima, normalmente até 10% da população, detém mais de 50 % de todos os recursos econômicos, financeiros e sociais de uma população.
A parte mais preocupante da pobreza é a por falta de atitude de mudança, gerada por outro tipo de pobreza que é a financeira. A sociedade que sofre com o flagelo da pobreza, em geral, tende a se habituar sempre com o mínimo possível para a sobrevivência física.

A desigualdade racial, ou racismo, é a tendência de pensamento ou atitude humana, que dá grande importância a uma suposta existência de raças humanas diferentes e com diferenças em superioridade entre elas.

A desigualdade racial tem seus índices aumentados com o fenômeno social de desigualdade, uma vez que uma disparidade na distribuição de recursos financeiros, em muitas sociedades, gera uma separação, ou uma segregação por grupos de pessoas com outros tons de pele, gênero ou etnia, orientação intelectual, religiosa, filosófica, sexual etc.

O tipo mais comum de desigualdade encontrado é o que ocorre entre brancos e negros, mas também observamos muitos outros tipos de discriminação racial, como a que ocorreu no regime do ditador Adolf Hitler, que acreditava ser a raça ariana (pessoas brancas de uma determinada região europeia) aquela superior em relação às outras, uma vez por ele concebido o conceito de raças humanas. Dado esse fato, Hitler promoveu um verdadeiro extermínio a judeus e pessoas de outras raças, o conhecido Holocausto, quando, de uma vez só, em um curto período de tempo, mais de 600 mil pessoas foram exterminadas.

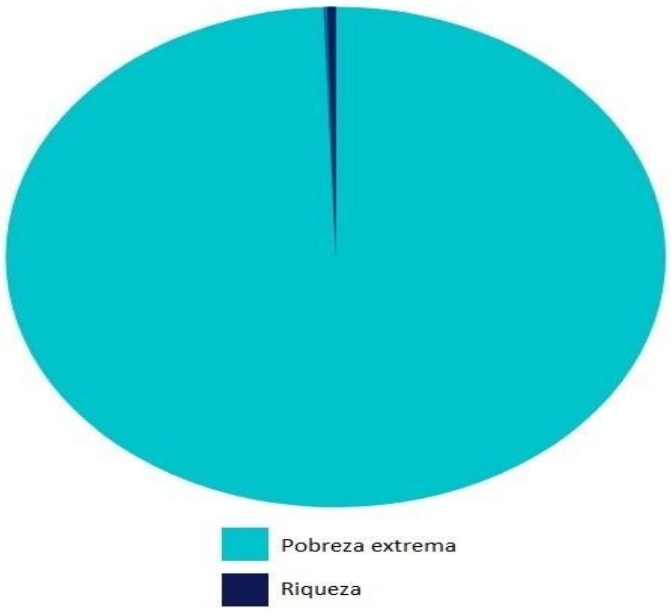
Observamos também, na história mundial, uma segregação racial que ocorreu na África do Sul, país de origem negra, colonizado por ingleses, que passaram a habitar ali, e cresceram em população. Gerou-se, então, um enorme conflito, principalmente no que diz respeito ao preconceito em si, uma vez que bairros, escolas e até sanitários públicos eram separados para pessoas negras e brancas. O fenômeno chamado Apartheid (separação), ocorreu entre 1948 e 1994, cujos direitos da grande maioria negra da população eram cerceados pela minoria branca que governava.

Por tendências humanas da própria natureza e agravada por fatores sociais, a desigualdade racial é um fato atualmente mais velado; porém, ainda evidente na sociedade contemporânea.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desigualdade no Brasil ainda alcança índices muito altos. São alguns dados divulgados pelo Instituto:

- Cerca de 889 mil pessoas são consideradas ricas no Brasil. Este número representa apenas 0,42% da população brasileira.
- Aproximadamente 45 milhões de brasileiros vivem com um rendimento mensal que é inferior ao valor de um salário-mínimo.
- Cerca de 15 milhões de brasileiros vivem em situação de pobreza extrema.
- O desemprego da população em idade produtiva é de aproximadamente 12%.

Observe a representação da desigualdade social brasileira no gráfico:



A desigualdade social no Brasil pode ser explicada por muitos motivos. Primeiramente, por fatores como má distribuição de renda e investimentos governamentais insuficientes em determinadas áreas.

A desigualdade no acesso à educação e a existência de corrupção também são elementos que podem influenciar no aumento da desigualdade social.

A má distribuição de renda acontece quando uma pequena parte da população possui grande renda e a maior parte da população tem uma renda muito inferior, ou seja, quando existe muita diferença entre ricos e pobres.

Essa diferença faz com que surjam das desigualdades, já que em países desiguais a renda pode ser determinante para que uma pessoa tenha acesso a certos direitos.

As pessoas que têm uma baixa renda acabam por ter acesso somente ao que é disponibilizado pelos governos. Caso o governo não invista em saúde e educação, por exemplo, as pessoas de baixa renda terão mais dificuldade para acessar esses direitos.

Por outro lado, quem possui uma boa renda, pode ter acesso a serviços privados, que não seriam necessários caso fossem devidamente disponibilizados pelo governo com qualidade. São exemplos: acesso a um plano de saúde privado, ao ensino privado, segurança privada etc.

Os baixos investimentos do governo em determinadas áreas se relacionam com a desigualdade que resulta da má distribuição de renda.

De acordo com a Constituição Federal, faz parte das obrigações do Estado oferecer à população serviços como saúde, educação, transporte, entre outros. Se houver pouco investimento nestes serviços, a maior parte da população terá dificuldades para usufruir destes direitos básicos.

O acesso à educação é fundamental para garantir a igualdade social. Para assegurar que todos os cidadãos tenham acesso aos níveis de educação (desde o ensino básico até o ensino superior) é preciso que exista investimento em políticas públicas de educação.

O investimento deve visar garantir a quantidade de vagas necessárias, assim como proporcionar qualidade na educação oferecida aos alunos.

Além disso, a dificuldade no acesso à educação pode ser um impedimento para que os cidadãos estejam aptos a ingressar no mercado de trabalho, isto é, a desigualdade na educação também dificulta o acesso a vagas de emprego.

Há ainda outros fatores que, embora não sejam os principais causadores de desigualdades sociais, também contribuem para o aumento dessas diferenças.

É o caso de episódios de corrupção, especialmente os de desvio de verbas públicas que poderiam ser destinadas ao financiamento de direitos básicos, implantação de políticas públicas ou de programas sociais e assistenciais.

A desigualdade social é responsável por inúmeros problemas que surgem em consequência dela e a presença do país no ranking de países mais desiguais do mundo confirma estes indicativos.

A desigualdade também é responsável por problemas sociais, como:

- Desemprego;
- Dificuldade de acesso à educação de qualidade;
- Aumento da fome;
- Dificuldade de acesso a serviços básicos, como transporte público, saneamento básico e moradia;
- Aumento das taxas de criminalidade;
- Menos acesso à cultura e lazer;
- Aumento das taxas de desnutrição e mortalidade infantil;
- Diminuição dos índices de crescimento econômico do país.

O Brasil apresenta muitos problemas que são resultado da desigualdade social. Essas diferenças podem ser tanto de oportunidades, como de obtenção de direitos básicos.

Alguns tipos de desigualdade acontecem como consequências de outras.

CAPÍTULO III - DESAFIOS

3.0 – Breves exemplos de mecanismos implantados nos últimos 20 anos visando uma maior igualdade social e seus resultados

Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, foi o primeiro no qual se desenhava uma política pública nacional voltada ao enfrentamento da pobreza, visando garantir o acesso de todas as famílias pobres não apenas a uma renda complementar, mas a direitos sociais.

O Bolsa Família tinha como objetivo contribuir para a inclusão social de milhões de famílias brasileiras premidas pela miséria, com alívio imediato de sua situação de pobreza e da fome. Além disso, também almejava estimular um melhor acompanhamento do atendimento do público-alvo pelos serviços de saúde e ajudar a superar indicadores ainda dramáticos, que marcavam as trajetórias educacionais das crianças mais pobres: altos índices de evasão,

repetência e defasagem idade-série. Pretendia, assim, contribuir para a interrupção do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

Com base em um amplo e rico conjunto de estudos realizados sobre este que é, provavelmente, o programa brasileiro mais bem estudado nos últimos anos, constata-se, por meio dos mais diversos indicadores, que os objetivos iniciais foram plenamente alcançados e, na maioria dos casos, superados. O Bolsa Família e todo o esforço de mobilização, articulação e aprimoramento das políticas que a ele se seguiu vêm permitindo que as camadas mais pobres da sociedade brasileira tenham melhoras expressivas em suas condições de vida e em suas perspectivas de futuro.

Entre 2001 e 2011, as transferências do governo federal, incluindo-se o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), contribuíram com entre 15% e 20% da redução observada da desigualdade de renda. O Bolsa Família vem apresentando resultados relevantes na redução da desnutrição e da insegurança alimentar e nutricional. Superando ações descontinuadas e parciais, como a distribuição de cestas básicas, o programa integrou-se ao esforço de construção de uma política de segurança alimentar e nutricional, tendo proporcionado melhora efetiva no acesso dos segmentos mais vulneráveis aos alimentos. O aumento nos gastos em alimentação das famílias beneficiárias foi tanto maior quanto maior era sua situação de insegurança alimentar. Entre os impactos mais relevantes, pode-se lembrar a redução da prevalência de baixo peso ao nascer, um dos principais fatores associados à mortalidade infantil. Para as famílias beneficiárias com menor renda, esta queda é maior que para os demais grupos.

Além da contribuição do programa para a redução da desnutrição infantil, a diminuição da mortalidade infantil foi expressiva entre as famílias beneficiárias do programa – tanto a mortalidade relacionada à resistência a doenças infectocontagiosas quanto a relacionada à desnutrição e à diarreia. O atendimento básico à saúde dos grupos mais vulneráveis foi fortalecido em consequência das condicionalidades do Bolsa Família, com reflexos importantes na saúde da gestante e da criança. Os impactos positivos também são observados no aumento da porcentagem de crianças de até 6 meses alimentadas exclusivamente por amamentação, assim como na porcentagem de crianças a completar o calendário de vacinação – porcentagens maiores entre os beneficiários do Bolsa Família que entre os não beneficiários. O programa também reduziu substancialmente as taxas de hospitalização entre menores de 5 anos.

Na educação, esperava-se que as condicionalidades reduzissem os indicadores de evasão e regularizassem a trajetória escolar, permitindo melhores médias de frequência e aprovação e menor defasagem idade-série para as crianças das famílias beneficiárias. Ao longo de dez anos,

tais objetivos foram alcançados. As condicionalidades contribuíram para a redução das taxas de crianças fora da escola, tanto para meninos quanto para meninas, em todas as faixas entre os 6 e os 16 anos.

Ao longo dos últimos anos, as taxas de abandono escolar no ensino fundamental e médio foram menores entre os alunos beneficiários que entre os demais alunos da rede pública. As taxas de aprovação, que melhoram gradativamente para os alunos do ensino fundamental, passaram, no ensino médio, a ser mais favoráveis aos alunos do Bolsa Família que à média nacional do ensino público. Pela primeira vez, os mais pobres se saem melhor que os demais em indicadores relativos à educação.

Esses e vários outros resultados descortinados por pesquisadores e estudiosos mostram que os objetivos iniciais do Bolsa Família foram alcançados e mesmo ultrapassados. Ao longo dos anos, devido ao seu desenho adequado e à sua contínua expansão e aprimoramento, o PBF reduziu a pobreza e a desigualdade, promoveu a inclusão nas políticas públicas de educação e saúde, reduziu a insegurança alimentar, e fortaleceu a trajetória escolar e a saúde de crianças e adolescentes, aumentando o compromisso destas políticas com as parcelas mais pobres da população brasileira.

PROUNI

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) é o programa do Ministério da Educação, criado no ano de 2005, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. A bolsa de 100% é concedida para estudantes com renda bruta familiar de até 1,5 salário mínimo por pessoa, e a de 50% para estudantes com renda bruta familiar de até 3 salários mínimos por pessoa.

Dessa forma, o objetivo do programa é facilitar o acesso dos brasileiros de baixa renda e ex-alunos de escolas públicas às universidades privadas, através de bolsas de estudos, parciais ou integrais. O ProUni vem crescendo desde seu início até o ano de 2014, ajudando cerca de 1,498 milhões de pessoas, e o número de bolsas distribuídas quase triplicou desde 2006 até 2014.

A participação dos cidadãos de baixa renda nas universidades é desafiadora para o governo dos países em desenvolvimento. Por um lado, a oferta de vagas é pouquíssima, tornando restrito o acesso à estas instituições públicas. Isto tudo promove a alta concorrência para ingressar nos estudos superiores, se fazendo necessário a realização de

uma triagem, que ocorre através de provas de alta complexidade e temáticas demasiadamente profundas. Por outro lado, o custo das universidades privadas, além de
subir excessivamente a cada ano, representa uma porcentagem muito elevada na renda das famílias destes países, considerando o ínfimo salário mínimo recebido por elas.

Ao comparar a situação brasileira com a de outros países mais desenvolvidos, constata-se que o acesso ao ensino superior, em 2007, já atingia 45% dos jovens de 18 a 21 anos nos EUA e 69% na Coreia do Sul. Enquanto isso, apenas 12% dos brasileiros de da mesma faixa etária possuíam acesso ao ensino superior.

Analisando os estudos sobre o tema, Lopes, Vendramini e Mata (2009) observaram a questão da diferença de desempenho entre os estudantes universitários do curso de Psicologia com diferentes espécies de bolsas de estudo. Com objetivo de entender os incentivos que o ProUni traz aos alunos, as autoras utilizaram como medida de comparação do desempenho a nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) do ano de 2006. Os dados utilizados no estudo contêm informações de 23.613 estudantes que realizaram o ENADE dentro dos cursos de Psicologia em todo o Brasil. Observando o resultado adquirido, conclui-se que a média das notas dos alunos integrantes do programa de bolsas parciais e integrais do ProUni se mostrou superior quando comparado ao desempenho dos alunos não aderentes a qualquer programa de bolsas. Com esse resultado, conclui-se que os alunos aderentes ao programa ProUni conseguem obter bom desempenho durante os seus estudos na universidade, mesmo com a base assumidamente precária - levando em conta a qualidade inferior do ensino público no Brasil.

Em 2006, o número de inscrições para o PROUNI ultrapassou a casa dos 200 mil, tendo sido concedidas apenas pouco mais de 40 mil bolsas, o que representa somente 20% da demanda segundo dados do Boletim de Estudos Educacionais do INEP (Ano I, n. 3, 2009).

Com o PROUNI, o governo conseguiu também aumentar o índice de participação no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que saltou de 1 milhão, em 2004, para 2,9 milhões, no exame de 2008 de acordo com o Boletim de Estudos Educacionais do INEP (Ano I, n. 3, 2009). Esse crescimento pode ser relacionado à possibilidade de ingresso no ensino superior assegurada pelo programa, objetivo que prepondera entre os concluintes e egressos do ensino médio participantes do ENEM, tal como revelam os seguintes dados, também divulgados pelo MEC: depois da instituição do PROUNI, o número de concluintes do ensino médio que prestaram o ENEM tendo como motivação o objetivo de entrar no ensino superior saltou de 39 para 70%. Além disso, merece destaque o fato de que a criação do PROUNI foi também responsável pelo aumento do percentual de participação no ENEM de pessoas com mais de 23

anos, em 2004, de 9,4% e, em 2008, de 30,6%, segundo o Boletim de Estudos Educacionais do INEP (Ano I, n. 3, 2009).

3.1 – Desafios econômicos brasileiros atuais

Atualmente estamos tendo dificuldades externas e internas na economia brasileira .Ou seja, Se de um lado a equipe econômica segue buscando reformas para manter a diminuição do déficit público, o Congresso segue buscando subterfúgios para continuar aumentando o gasto público. A bem estruturada regra do teto é o novo alvo de ataques com as capitalizações de estatais sendo válvula de escape para aumento do gasto.

Em nível estadual, surpreendeu negativamente o aumento salarial de 41% concedido aos policiais mineiros, estendido pela Assembleia para o resto do funcionalismo. Isso lembra também janeiro de 1999, quando o estopim para a crise cambial daquele mês foi o não pagamento da dívida externa pelo governo mineiro, governado à época por Itamar Franco.
A recente decisão mineira abriu um flanco desnecessário para demandas de outros estados em uma categoria tão vocal como os policiais. A isso se junta o motim no Ceará que levou aos tiros no Senador Cid Gomes e temos montado um balão de ensaio para dificuldades importantes para os próximos anos.

O lento caminho das reformas seja de vez paralisado para dar lugar a estímulos de curto prazo visando as eleições de 2022. Um estudo recente de Alberto Alesina e outros mostra que leva cerca de quatro anos para que reformas liberalizantes gerem crescimento em uma economia. Quando há reformas contracionistas ao mesmo tempo, leva-se ainda mais tempo para que surjam efeitos positivos. O que tivemos no início do ajuste em 2016 foi justamente um forte ajuste de políticas monetária e fiscal e uma sequência de reformas que foram feitas aos trancos e barrancos, bastando lembrar que seu ritmo foi bastante diminuído depois da crise de maio de 2017, quando Michel Temer perdeu poder político para acelerar as reformas.

Hoje, as reformas mais relevantes são a PEC Emergencial, que reforça a regra do teto, e a tributária, cavalo de batalha do Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Mas a necessidade de articulação política nestes casos será ainda maior do que na previdência, reforma esta que já estava madura e com enorme pressão para acontecer.

O crescimento de 1,1% do PIB em 2019 ficou abaixo das expectativas e evidenciou, mais uma vez, a grande dificuldade de recuperação da economia do Brasil.

> Para 2020, pesquisa do Banco Central estima que o PIB cresça 2,17%. O Ministério da Economia defende que o crescimento econômico este ano depende da continuidade de novas “reformas estruturantes”, como a Tributária, a Administrativa e Propostas de

Emenda à Constituição do pacto federativo.

Ao menos nos últimos três anos, a resposta política à crise tem sido a adoção de medidas de ajuste fiscal, com a aprovação de uma emenda constitucional para teto de gastos, e reformas como a Trabalhista e a da Previdência.

O resultado até o momento tem sido um fraco crescimento da economia, incapaz de recuperar as perdas de 2015 e 2016. Com a redução de gastos e de investimentos públicos, o crescimento do PIB viria principalmente pela recuperação do consumo das famílias e do investimento das empresas, que ainda não dão sinais consistentes de aquecimento.

O IREE acredita que o urgente desafio de retomada do desenvolvimento econômico e social no Brasil somente poderá ser superado pelo diálogo na sociedade e com a contribuição de quem se dedica a estudar o país.

Neste contexto, o IREE fez, de maio a outubro de 2019, um ciclo de encontros com economistas das mais diversas linhas de pensamento para propor caminhos para a economia brasileira, chamado IREE Diálogos Especial – Economia para o Povo. Foram ao todo dez economistas, 15 horas de palestras e debates.

Na série de encontros, os diferentes olhares sobre a economia brasileira trouxeram abordagens complementares e imprescindíveis para construir soluções para a crise.

Dentre as questões levantadas estão a importância de se pensar o desenvolvimento econômico a partir da educação e da recuperação da participação da indústria na geração de riquezas.

A imprescindível articulação entre Estado e empresa como caminho para a retomada do crescimento, com restabelecimento da segurança jurídica, também foi destacada pelos especialistas.

Receberam destaque também a oportunidade de estabelecer taxas de juros baixas e as implicações sobre o crescimento e a geração de emprego, além do papel do Estado na manutenção do equilíbrio macroeconômico e a necessidade de reformas estruturais.

Uma agenda que combine crescimento com distribuição de renda, com desenvolvimento produtivo orientado para as demandas sociais, foi lembrada como uma saída possível para retomada da economia.

Os resultados econômicos recentes mostram que ainda estamos longe de ter respostas efetivas da administração pública para essas questões. Em 2019, houve queda da produção industrial no Brasil e aumentos tímidos nas atividades do varejo e de serviços. Alguns dados positivos como a queda da inflação e redução da taxa de juros são avaliados mais como subprodutos da recessão do que como resultado do controle fiscal do governo. A indústria

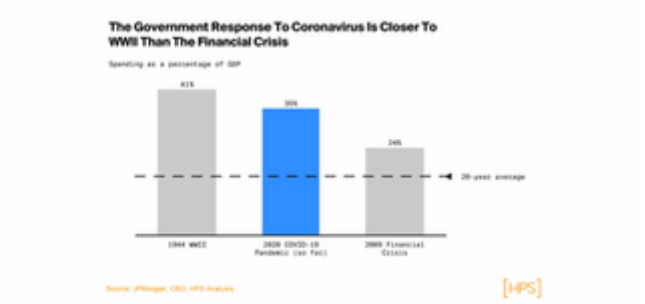
parece ser o ponto mais frágil. A produção do setor caiu 1,1% em 2019, o que mostra a dificuldade de recuperação mesmo com juros mais baixos e o dólar alto. Apesar da queda do desemprego em 2019, o resultado não se refletiu em aumento de rendimentos, pois uma parte expressiva das novas pessoas ocupadas estão em trabalhos de baixa remuneração, e o contingente de desempregados se mantém alto (11,6 milhões de pessoas). A taxa de informalidade em 2019 foi a maior em quatro anos.

O resultado dos investimentos também desapontaram. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os investimentos em máquinas, equipamentos, construção e pesquisa caíram 2,7% no quarto trimestre de 2019 em relação ao trimestre anterior. Foi o pior resultado desde o terceiro trimestre de 2016. Para o acumulado de 2019, era esperada uma alta de 3,6% dos investimentos, mas o desempenho negativo do último trimestre derrubou o resultado para 2,1%.

O cenário é preocupante. O IREE, como parte de sua missão, mantém a sua disposição em promover espaços para o necessário debate econômico, e defende que somente por meio da informação e do diálogo democrático é possível construir um caminho de desenvolvimento para o País.

A crise gerada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2) prometeu nesse meio tempo ser sem precedentes na história econômica mundial. Em avaliação do cenário macroeconômico nacional, o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), órgão ligado à Fundação Getúlio Vargas (FGV), definiu em boletim que a crise do coronavírus será "o maior desafio mundial desde a Segunda Guerra Mundial" (FGV/IBRE, 2020). Apesar do tom forte da frase poder ser taxado como alarmista, é possível traduzir essa preocupação de maneira objetiva, com dados e projeções de futuro da economia brasileira e mundial. Adianto: as perspectivas de futuro levam a crer que o IBRE está correto.

A título exemplificativo, um levantamento realizado pela consultoria norte-americana de relações públicas, Hamilton Place Strategies (HPS), reforça o cenário aqui ilustrado. O volume de gastos em relação ao PIB que o governo norte-americano destinou para o combate ao Covid-19, já se aproxima do patamar de alocação de recursos realizado para a Segunda Guerra Mundial. Nem mesmo a crise do Subprime, em 2008, teve impacto parecido em tão pouco tempo. Basta dizer que o presidente norte-americano, Donald Trump, promulgou no dia 27 de março o maior pacote de estímulo econômico da história, algo da ordem de 2 trilhões de dólares, o equivalente a 10,2 trilhões de reais em valor corrente. Trata-se de uma injeção econômica maior que todo o PIB brasileiro em 2019, o qual chegou a totalizar 7,3 trilhões de reais no referido ano. Vejamos o gráfico:



Fonte: Hamilton Place Strategies

O que mais chama atenção neste panorama é que todo esse esforço se dá em pouco mais de 3 meses de crise. As medidas de quarentena e distanciamento social adotadas para conter o avanço da infecção desmobilizam todo o núcleo produtivo dos países, mas ainda que amargas, essas são, neste momento, as únicas ferramentas capazes de conter efetivamente a Covid-19 e de dirimir os efeitos de uma catástrofe sanitária em todo o mundo. Nesse ponto, é possível afirmar que o coronavírus infecta não apenas pessoas, mas também ataca de maneira central a lógica de circulação do capital moderno. O patamar histórico de pedidos de auxílio desemprego nos EUA reforça esse panorama; vejamos:

Fonte: Banco Central do Brasil

A projeção pouco animadora da maior economia do mundo, pode servir como um indicativo importante da profundidade da crise e dos desafios que o Brasil deverá enfrentar neste ano. Em evento realizado com representantes do mercado financeiro, o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, fez uma projeção macroeconômica atualizada e articulada com o cenário externo. Entre os principais dados, pode-se destacar o seguinte:

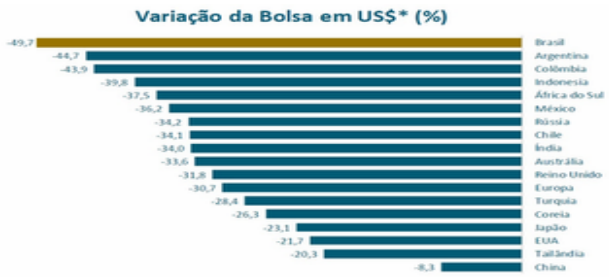
País	Previsão de crescimento PIB em 2020		
	Atual	Pré Covid-19	Variação p.p.
Brasil	-5,5	2,4	-7,9
Alemanha	-6,8	0,9	-7,7
Italia	-7,0	0,4	-7,4
Turquia	-3,0	3,8	-6,8
México	-5,4	1,1	-6,5
Inglaterra	-5,0	1,1	-6,1
Arabia Saudita	-5,0	1,0	-6,0
França	-5,0	1,0	-6,0
China	1,0	5,9	-4,9
Argentina	-6,7	-2,0	-4,7
Estados Unidos	-2,8	1,7	-4,5
África do Sul	-3,0	1,4	-4,4
Indonésia	1,0	5,1	-4,1
Corea do Sul	-1,8	2,2	-4,0
India*	2,1	6,0	-3,9
Rússia	-2,0	1,6	-3,6
Canadá	-1,3	1,8	-3,1
Japão	-1,5	0,4	-1,9
Austrália	0,4	2,0	-1,6

* - para o ano fiscal 2020/21

Fonte: Banco Central do Brasil

Diferentemente da projeção da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, o cenário de recessão apresentado por Roberto Campos Neto é muito mais profundo. A nota informativa da SPE que revisava o impacto do coronavírus no crescimento do PIB nacional, indicava um cenário de retração de um patamar de 2,1% para 0,0%, mas com a possibilidade de retomada do crescimento ainda no quarto trimestre deste ano. Como se observa na projeção do Banco Central, a retração será muito mais violenta, da ordem de -5,5%.

Somado a este quadro, o mercado acionário brasileiro experimentou no início do ano uma forte fuga de capitais, da ordem 44,718 bilhões de reais, valor superior ao saldo negativo de 44,517 bilhões de reais correspondentes a todo o ano de 2019, o que percentualmente pode ser analisado no gráfico que segue



Fonte: Banco Central do Brasil

Também vale destacar o processo de deterioração do valor do real em comparação ao dólar. O valor da moeda brasileira passou o patamar dos 5 reais em relação à moeda americana, o que pode gerar mais à frente uma pressão inflacionária num cenário recessivo. O desemprego, de acordo com os dados da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, apesar de ter apresentado um leve recuo de 0,8% em janeiro de 2020, ainda se encontra no patamar de 11,2%. A informalidade, em paralelo, é expressivo e persistente, da ordem de 41,1% a nível nacional, o que afeta de maneira direta a renda e a capacidade de consumo familiar.

Sendo assim, pela forma como a crise tem se estruturado, é muito mais provável que o Banco Central esteja apontando para projeções mais realistas do que aquelas apontadas pelo Ministério da Economia até a presente data.

Os dados são alarmantes e as projeções de futuro não devem ser diferentes. Os desafios para 2020 são imensos e sem precedentes na história recente do Brasil e do mundo. É inegável, nessas condições, que 2020 será marcado pelo maior esforço econômico, político e humanitário para contenção de uma crise mundial desde o final da Segunda Grande Guerra.

3.2 – O que pode ser feito?

Atualmente estamos em um nivel de civilização que para podermos continuar combatendo as injustiças sociais e outros problemas já discorridos ao longo deste trabalho podemos considerar continuar com a forma já feita utilizando assistencialismo atraves de bolsas e auxilios. Porém isso seria algo a curto prazo de modo paleativo e que é utilizado pois os politicos conseguem a visualização necessaria para reeleição com isso mas a longo prazo uma forma melhor de combater os problemas sociais seria utilizar o Paradoxo de Fermi que por mais que seja feito para se pensar em vida fora do planeta Terra esse mesmo paradoxo coloca as civilações que por ventura venham a existir e mesmo a nossa em 3 niveis possiveis atraves da Escala Kardashev que separa as civilações pela quantidade de energia utilizada sendo elas :

- uma Civilização Tipo I tem a habilidade de usar toda a energia de seu planeta. Nós não somos exatamente uma Civilização Tipo I, mas estamos perto (Carl Sagan criou uma fórmula para essa escala que nos coloca como uma Civilização Tipo 0,7);
- uma Civilização Tipo II pode colher toda a energia de seu sistema solar. Nosso débil cérebro Tipo I mal consegue imaginar como alguém faria isso, mas nós tentamos nosso melhor, imaginando coisas como a Esfera de Dyson.
- uma Civilização Tipo III ultrapassa fácil as outras duas, acessando poder comparável ao da Via Láctea inteira.

Como é possivel ver estariamos alcançando quase o nível 1 que é o primeiro e mais baixo, para podermos ir para os niveis 2 e 3 é possivel que precisemos melhor em muito as questões

referentes a desigualdade social pois quanto melhor as qualidades de vida e social mais pessoas poderam se dedicar as questões energéticas de modo a elevar o nivel do planeta e da sociedade o que portanto permitiria que viajassemos pelo espaço e diminuiria os riscos que atualmente assolam nosso planeta como aquecimento global e desmatamentos pois como pode ser visto para alcançarmos o nivel 1 é necessario evoluirmos as formas colo lidamos o meio ambiente de modo a aproveirtamos muito melhor os recursos que são disponibilizados pelo planeta como paineis de solares, turbinas heolicas e hidroeletricas por exemplo.

Como vimos ao longo do trabalho as questões sociais presentes no Brasil são históricas e podem ser vistas na época da escravidão onde os negros eram vistos como mercadoria e uma subespécie humana ou mesmo durante o ciclo do café uma vez que mesmo o trabalho escravo tendo sido abolido e o Brasil estivesse se libertando de Portugal os negros ainda eram menosprezados mesmo quando eram libertos acabavam marginalizados o que acabou resultando no surgimento das favelas e ainda no ciclo do café vale lembrar como os imigrantes eram tratados uma vez que não se podia mais usar escravos os imigrantes eram tratados como os escravos porém como conseguiam se comunicar com os países de origem Europeia (Portugal, Espanha, Itália , Japão etc as condições rapidamente melhoraram mesmo que não muito.

A desigualdade nos países ricos só cresceu nos últimos 30 anos, e isso não é uma má notícia apenas para quem ficou para trás ou para a coesão social.

A concentração de renda excessiva também prejudica o **crescimento** econômico, de acordo com o relatório "Juntos nisso – Por que menos desigualdade beneficia a todos", lançado hoje pela **OCDE** (Organização para o Desenvolvimento Econômico).

Em algum nível, a desigualdade é intrínseca ao capitalismo e necessária para estimular as pessoas a estudar, trabalhar e fazer o necessário para enriquecer. O problema é quando o fosso fica tão grande que os próprios incentivos começam a ser erodidos – e é isso que anda acontecendo.

A OCDE estima que o aumento da desigualdade entre 1985 e 2005 retirou 4,7 pontos percentuais do crescimento acumulado entre 1990 e 2010 nos seus membros, na maioria países industrializados.

Alguns emergentes como o Brasil tiveram queda de desigualdade no período, mas insuficiente para trazê-la a níveis civilizados. A OCDE destaca que sua análise vale para eles também.

Educação

Um dos mecanismos que ligam a desigualdade ao crescimento é que os 40% de famílias

mais pobres acabam gastando menos tempo e aproveitando menos a educação, prejudicando o desenvolvimento de habilidades e a mobilidade social das crianças. É um círculo vicioso difícil de quebrar e ruim para a formação de capital humano, um dos eixos do potencial de crescimento.

"A importância da pesquisa mostrando as ligações entre status familiar e educação mostra que a distinção entre igualdade de oportunidades e igualdade de resultados não é óbvia. Uma maior desigualdade de renda dos pais implica maior desigualdade de chances para suas crianças. Conseguir maior igualdade de oportunidades sem abordar a maior desigualdade de resultados será muito difícil", diz o texto.

Um aumento de 6 pontos no índice Gini, que mede a desigualdade, foi associado com uma queda de 4 pontos na possibilidade de que as pessoas mais pobres se formem na faculdade. Até o FMI já havia apontado que políticas redistributivas não prejudicam o crescimento e que países menos desiguais tem perspectivas melhores de longo prazo. Mas a OCDE também alerta: o fato de que a desigualdade em alta prejudica o crescimento não significa que todas as políticas para combatê-la serão boas para a economia.

"O desafio é encontrar os pacotes de políticas que sejam tanto amigáveis ao crescimento quanto redutoras de desigualdade", diz o texto.

Combate

Eles sugerem foco em 4 áreas. Além de uma educação universal e de qualidade desde o início da infância, é necessário aumentar a participação feminina na força de trabalho. Esta foi uma das poucas forças que seguraram o aumento da desigualdade nos últimos anos.

Outra receita é focar não só na criação de empregos, mas na qualidade deles, já que a desigualdade subia mesmo quando o desemprego era baixo. Isso aconteceu por causa de uma polarização nas vagas, com empregos qualificados e bem remunerados de um lado e precarização do outro.

Mais da metade das vagas criadas desde meados dos anos 90 foram de meio período, temporárias ou de trabalho autônomo. Não por acaso, os Estados Unidos discutem aumentar o salário mínimo diante do fato de que mesmo pessoas empregadas continuam abaixo da linha de pobreza e dependendo de ajuda do governo.

Outra ferramenta é a política fiscal. Entre as recomendações, a OCDE cita "aumentar a taxa marginal dos ricos, melhorar o cumprimento da lei, eliminar ou reduzir deduções, que tendem a beneficiar os ricos de forma desproporcional, assim como rever o papel dos impostos em todos os tipos de propriedade e riqueza, incluindo a transferência de ativos".

O Banco Mundial já apontou recentemente que no Brasil, por exemplo, o imposto de renda e programas de transfêrencia ajudam a diminuir a desigualdade, enquanto impostos indiretos a aumentam.

De acordo com uma das estimativas, os 20% mais pobres pagam, na média, mais em impostos do que recebem de transferências governamentais.

Uma reforma tributária que aumente a progressividade desse sistema ajudaria tanto no crescimento quanto na redução da pobreza e da desigualdade.

- **1. Os extremos da desigualdade na capital paulista**
- São Paulo – **São Paulo** é um município gigantesco com mais de 11 milhões de habitantes. Sendo assim, a cidade que encontramos no extremo da zona sul não é a mesma que vemos na zona oeste ou nas ruas do centro. Isso se reflete em números. Em Marsilac, por exemplo, a chance de um jovem ser **assassinado** é 44,45 vezes maior do que na Vila Mariana. Já na Vila Medeiros (zona norte), quem precisa de um **hospital** tem bem mais dificuldade do que quem vive no Jardim Paulistano (zona oeste). O primeiro bairro conta com 0,040 leito hospitalar para cada mil habitantes. No segundo, são nada menos que 35,53 leitos. Os dados são do "Mapa da Desigualdade 2015", um estudo elaborado pela Rede Nossa São Paulo e divulgado nesta terça-feira. Veja, nas fotos, os bairros com as melhores e as piores condições em 15 quesitos, que abrangem áreas como educação, saúde, violência e cultura.

- **2. Homicídio de jovens**
- (Thinkstock)
- **Vila Mariana (zona sul):** 0,643 morte por homicídio entre jovens, por 10 mil habitantes **Marsilac (zona sul):** 28,60 mortes por homicídio entre jovens, por 10 mil habitantes **Diferença:** 44,45 vezes **Média na cidade (em 2013):** 4,63 mortes por homicídio entre jovens, por 10 mil habitantes O bairro de Marsilac, no extremo sul da capital paulista, é o mais perigoso para os jovens. De acordo com o estudo da Rede Nossa São Paulo, em 2013, ocorreram ali 28,60 mortes de jovens entre 15 e 29 anos para cada 10 mil habitantes. A taxa é bem maior que a média do município, que é de 4,63 mortes. Também na zona sul está o bairro que registrou menos mortes de jovens. No mesmo ano, a Vila Mariana teve 0,643 óbitos por 10 mil habitantes. Porém, existem ainda outros 16 bairros que não registraram nenhuma morte de jovem em 2013. Por terem indicador zero, eles não entraram na comparação.

- **3. Homicídios em toda a população**

- **Perdizes (zona oeste):** 0,178 morte por homicídio, por 10 mil habitantes **Marsilac (zona sul):** 6,16 mortes por homicídio, por 10 mil habitantes **Diferença:** 34,67 vezes **Taxa na cidade (em 2013):** 1,42 morte por homicídio, por 10 mil habitantes Assim como no caso das mortes de jovens, o distrito de Marsilac, na zona sul, tem a maior taxa de homicídios quando considerada a população total. Em 2013, o bairro registrou 6,16 homicídios para cada 10 mil habitantes. A média na cidade é de 1,42 mortes. Na outra ponta, o bairro com menos óbitos por homicídios foi Perdizes, na zona oeste, com 0,178 morte por 10 mil habitantes. Isso quer dizer que Marsilac teve 34,67 vezes mais mortes do que Perdizes. É essa diferença que o estudo mede a desigualdade entre os bairros da capital paulista. O mapa registrou ainda três bairros que não tiveram nenhuma morte por homicídio em 2013. Por terem indicador zero, esses distritos não entraram na comparação de desigualdade.

- **4. Leitos hospitalares**

- **Jardim Paulista (zona oeste):** 35,53 leitos hospitalares por mil habitantes **Vila Medeiros (zona norte):** 0,040 leito hospitalar por mil habitantes **Diferença:** 881,09 vezes **Total na cidade (em 2014):** 34.269 leitos hospitalares. Os moradores do Jardim Paulista, na zona oeste da cidade, são os que mais têm acesso a hospitais em São Paulo. O bairro tem 35,53 leitos hospitalares para cada mil habitantes, a maior marca do município. Em contrapartida, quem mora na Vila Medeiros, na zona norte, tem apenas 0,04 leito para cada mil habitantes. A diferença é 881,09 vezes. Mesmo com uma situação ruim, o cenário para quem mora por ali ainda é melhor do que o encontrado em 30 bairros da capital paulista, que não têm nenhum leito disponível. Por terem um indicador igual a zero, essas regiões não entraram na comparação da Rede Nossa São Paulo.

- **5. Mortalidade infantil**
- (Thinkstock/Thinkstock)
- **Moema (zona sul):** 1,09 morte de criança até 1 ano, a cada mil nascidos vivos **República (centro):** 22,22 mortes de crianças até 1 ano, a cada mil nascidos vivos **Diferença:** 20,31 vezes **Taxa na cidade (em 2013):** 11,17 mortes de crianças até 1 ano, a cada mil nascidos vivos Em São Paulo, o distrito com maior mortalidade infantil é a República, no centro da cidade. Lá ocorrem 22,22 mortes de crianças até 1 ano, a cada mil nascidas vivas. O número

é bem maior que o de Moema, que está na outra ponta da comparação. O bairro da zona sul registrou, em 2013, 1,09 morte para cada mil. A diferença entre os dois extremos é de 20,31 vezes.

- **6. Gravidez na adolescência**
- (Loic Venance/AFP/AFP)
- **Marsilac (zona sul):** 26,61% dos nascidos tinham mães com 19 anos ou menos **Moema (zona sul):** 0,585% dos nascidos tinham mães com 19 anos ou menos **Diferença:** 45,45 vezes **Total na cidade (em 2014):** 23.243 nascidos tinham mães com 19 anos ou menos O distrito de Marsilac, no extremo da zona sul, tem a maior proporção de mães adolescentes da cidade. Lá, 26,61% dos nascidos em 2014 tinham mães com 19 anos ou menos. A diferença é grande em relação ao bairro com a menor proporção de mães adolescentes. Em Moema, também na zona sul, apenas 0,585% dos bebês tinham mães nesta faixa etária.

- **7. Favelas**
- (Mario Tama/Getty Images)
- **Pinheiros (zona oeste):** 0,081% dos domicílios em favelas **Vila Andrade (zona sul):** 49,59% dos domicílios em favelas **Diferença:** 610,49 vezes **Total na cidade:** 398.200 domicílios em favelas O bairro de São Paulo que tem menos casas em favelas é Pinheiros, na zona oeste, com 0,081% dos domicílios instalados em aglomerados desse tipo. Porém, outros 11 distritos não têm nenhuma casa nessas condições. É ocaso do Jardim Paulistano, também na zona oeste. Em contrapartida, a Vila Andrade, na zona sul, tem 49,59% dos seus domicílios instalados em favelas, segundo o estudo da Rede Nossa São Paulo. A diferença deste bairro para a situação em Pinheiros é de nada menos 610,49 vezes.
-
- **8. Creches**
- (Getty Images/Getty Images)
- **Guaianases (zona leste):** 80,67% da demanda por creches atendida **Sé (centro):** 23,52% da demanda por creches atendida **Diferença:** 3,43 vezes **Total na cidade (em 2014):** 54,88% da demanda por creches atendida Apesar de estar no extremo da zona leste, o bairro de Guaianases é o que mais atende a demanda por creche de seus moradores. De acordo com o estudo, lá 80,67% da demanda por vagas foi atendida em 2014. Na outra ponta, o bairro em que mais crianças ficam fora da creche é a Sé, no centro. Lá, apenas 23,52% do total de crianças inscritas conseguiram uma vaga.

-
- **9. Pré-escolas**
- (Divulgação/GOV MT)
- **Alto de Pinheiros (zona oeste):** 100% da demanda por pré-escolas atendida **Sé (centro):** 47,69 da demanda por pré-escolas atendida **Diferença:** 2,1 vezes **Total na cidade (em 2014):** 94,39% da demanda por pré-escolas atendida Em São Paulo, 33 bairros atendem 100% da demanda por vagas em pré-escolas municipais. São eles: Alto de Pinheiros, Aricanduva Barra Funda, Bela Vista, Bom Retiro, Campo Belo, Carrão, Casa Verde, Consolação, Itaim Bibi, Jaguara, Jardim Paulista, Liberdade, Limão, Marsilac, Moema, Morumbi, Pari, Parque do Carmo, Penha, Perdizes, Pinheiros, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Sacomã, Santa Cecília, Santo Amaro, São Domingos, São Lucas, Tatuapé, Vila Formosa, Vila Guilherme e Vila Leopoldina. Já o bairro que menos atende esta demanda é mais uma vez a Sé (centro), no qual 47,69% das crianças inscritas conseguem uma vaga. A meta da cidade é tem 100% da demanda atendida em todo o município até 2016.

- **10. Áreas verdes**
-
- Parelheiros (zona sul): 341,44 m² de área verde por habitante Cidade Ademar (zona sul): 0,773 m² de área verde por habitante Diferença: 441,85 vezes Média na cidade: 160.535.125 m² de áreas verdes, sendo 14,02 m² por habitante O extremo sul de São Paulo guarda a maior proporção de áreas verdes públicas por habitante da cidade. Em Parelheiros, existem nada menos que 341,44 m² de área verde por morador. O número está bem acima do mínimo recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), de 12 m² por pessoa. Na outra ponta, porém, os moradores de Cidade Ademar, também na zona sul, amargam uma realidade bem distinta. Lá existe apenas 0,773 m² de área verde por habitante. A diferença entre esses dois extremos é de 441,85 vezes.
-
- **11. Cinemas**

- **Barra Funda (centro):** 9,48 salas de cinema por 10 mil habitantes **Sacomã (zona sul):** 0,04 sala de cinema por 10 mil habitantes **Diferença:** 239,19 vezes **Total na cidade (em 2014):** 344 salas de cinema, sendo 0,3 por 10 mil habitantes Pela terceira vez, o distrito do Sacomã, na zona sul, aparece na pior posição, com 0,04 sala de cinema para cada 10 mil

habitantes. A região com mais salas é a Barra Funda (centro), com 9,48 salas para cada 10 mil pessoas. A desigualdade neste quesito, portanto, é de 239,19 vezes. A Rede Nossa São Paulo identificou ainda 59 regiões que não tinham nenhuma sala de cinema, e que por isso não entraram na comparação.

- **12. Teatros**
-
- **República:** 5,97 salas de teatro por 10 mil habitantes **Sacomã (zona sul):** 0,04 sala de teatro por 10 mil habitantes **Diferença:** 150,74 vezes **Total na cidade (em 2014):** 272 salas de teatro, sendo 0,24 por 10 mil habitantes De acordo com o estudo da Rede Nossa São Paulo, o bairro da República (centro) tem o maior número de salas de teatro por habitante -- são 5,97 salas para cada 10 mil pessoas. Na outra ponta, Sacomã tem 0,04 sala por 10 mil habitantes. Apesar da falta de espaços para teatro, Sacomã ainda vive uma situação ,melhor que a de 51 distritos, nos quais não há nenhuma sala. Estes bairros não entraram na comparação feita pelo estudo.
-
- **13. Centros culturais**
-
- **Sé (centro):** 3,62 centros culturais por 10 mil habitantes **Sacomã (zona sul):** 0,04 centro cultural por 10 mil habitantes **Diferença:** 91,36 vezes **Total na cidade (em 2014):** 95 centros culturais, sendo 0,08 por 10 mil habitantes Mais uma vez, o distrito da Sé, no centro, aparece em primeiro lugar no indicador, com 3,62 centros culturais para cada 10 mil habitantes. O último lugar ficou com Sacomã, na zona leste, com 0,04. Neste quesito, nada menos que 60 distritos tiveram indicador zero, ou seja, não tinham nenhum centro cultural e por isso nem aparecem na comparação.
-
- **14. Livros para adultos**
-
- **Sé (centro):** 16,28 livros por habitante com 15 anos ou mais **Capão Redondo (zona sul):** 0,001 livro por habitante com 15 anos ou mais **Diferença:** 11.878,55 vezes **Total na cidade (em 2013):** 1.739.786 livros para adultos, sendo 0,19 por habitante O acesso a livros para adultos é o quesito onde há mais desigualdade, dentre os avaliados pela Rede Nossa São Paulo. A diferença entre os distritos com mais e menos acesso é de 11.878,55 vezes. O

cálculo levou em consideração o número de livros disponíveis e o número de habitantes com 15 anos ou mais. O bairro com o maior índice foi a Sé (centro), com 16,28 livros por habitante a partir dos 15 anos. O menor índice ficou com Capão Redondo (zona sul), com 0,001 livro para cada habitante nesta idade. Porém, outros 36 distritos tiveram indicador zero, ou seja, não tinham nenhum livro por habitante nesta faixa etária e por isso nem aparecem na comparação. A meta estabelecida pela Unesco é de 2 livros per capita. Os dados mostram ainda que o acervo para adultos nas bibliotecas municipais foi diminuindo desde 2006. Naquele ano, eram 2.254.631 exemplares. Em 2013, ano do último dado disponível, o número era 1.739.786 – 22,8% menor.

-
- **15. Livros para crianças**
-
- **Consolação (centro):** 9,88 livros por habitante entre 7 e 14 anos **Capão Redondo (zona sul):** 0,017 livros por habitante entre 7 e 14 anos **Diferença:** 586,14 vezes **Total na cidade (em 2013):** 652.149 livros para crianças, sendo 0,53 livro por habitante nesta faixa etária No caso dos livros infanto-juvenis, a desigualdade entre bairros paulistanos também é grande (586,14 vezes). Mais uma vez o Capão Redondo tem o pior desempenho (com 0,017 livros para cada habitante entre 7 e14 anos). O primeiro lugar ficou com a Consolação, no centro, com 9,88 livros. De acordo com o levantamento, 37 distritos tiveram indicador zero, ou seja, não tinham nenhum livro por habitante nesta faixa etária e por isso nem aparecem na comparação. Cabe ressaltar, porém, que as bibliotecas dos CEUs não foram contabilizadas.

- **16. Espaços para esportes**

  Pinheiros (zona oeste): 1,38 equipamento público de esporte para cada 10 mil habitantes **Tremembé (zona norte):** 0,048 equipamento público de esporte para cada 10 mil habitantes **Diferença:** 28,83 vezes **Total na cidade (em 2014):** 541 equipamento público de esporte, sendo 0,47para cada 10 mil habitantes Nenhum distrito da cidade chegou a ter 2 equipamentos públicos de esporte para cada 10 mil habitantes. O bairro com mais espaços como esses foi Pinheiros (zona oeste), que tinha, em 2014, 1,38 equipamento de esporte para cada 10 mil pessoas. No outro extremo está Tremembé (zona norte), com 0,048 espaços. Porém, existem anda 11 distritos que não tinham nenhum equipamento público para cada 10 mil habitantes. Por terem indicador zero, eles não entraram na comparação da Rede Nossa São Paulo.

  Portanto podemos ver que a melhor forma de se combater a desigualdade no Brasil é o

invetismo no ser humano pois como visto no texto os locais em São Paulo dados como os melhores para se viver são aqueles que o desenvolvimento dos moradores seja com livros ou com aparelhos para se exercitar são fornecidos pelo governo e o bem estar da população com atividades de lazer é atendido.

CONCLUSÃO

A perspectiva de analise adotada nesse trabalho possibilitou a discussão da dimensão da desigualdade de renda a partir do arcabouço teórico da economia institucional considerando as mudanças das políticas sociais ocorridas no Brasil nos últimos anos como uma mudança institucional. Apesar da dificuldade em se mensurar instituições, a inserção de elementos das normas sociais e padrões de comportamento e a forma como esses se modificam ao longo do tempo e moldam as estruturas econômicas possibilita uma análise mais ampla dos fenômenos sociais e econômicos. Dessa forma pode-se perceber que a desigualdade de renda não é um mero reflexo das disparidades de rendimentos do trabalho ou do capital, mas também é decorrência dos elementos constituintes das estruturas produtivas, sociais e históricas. Dadas as limitações do trabalho, foi possível estabelecer a que nível social e econômico, as mudanças nas políticas de redistribuição de renda se configuraram como mudança institucional. Evidentemente, o entendimento de instituições pode divergir de acordo com a vertente de análise ou do objeto que se busca analisar, mas partindo da concepção de instituições como estruturas sociais que moldam as decisões dos agentes, sejam elas formais ou informais, é possível descrever todas as mudanças políticas ocorridas como mudança institucional. Identificar o tamanho do impacto dessas mudanças pode ser uma tarefa para trabalhos futuros, até mesmo utilizando métodos econométricos. Mas, a discussão pode ao menos mostrar ser possível fazer uma análise do fenômeno da desigualdade de renda através da perspectiva institucional

O que se pode destacar, é que a ampliação do gasto social no Brasil representou um compromisso institucional constituído formalmente desde a Constituição Federal de 1988 até a consolidação das políticas sociais nos anos 2000 como o Bolsa Família. Os desafios que surgem para o país dentro dessa perspectiva é como alcançar a qualidade institucional que possibilite a redução sustentada da desigualdade de renda. O que se pode perceber é que essas mudanças vão além do aumento das transferências de renda ou elevação do salário, e um dos elementos que é mais destacado na literatura é o acesso à educação, e a existência de uma estrutura educacional com qualidade de ensino. O que permitiria tanto ganhos na questão produtiva como quanto ao acesso a oportunidades.

REFERÊNCIAS

[1] BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Atualização do Cenário Macroeconômico**, 04 de abril de 2020.

[2] GINI. **Entendendo o índice GINI**. Disponivel em: http://www4.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/docs/entendendo-o-indice-gini.pdf (Acesso em 28/04/2020 às 17h) https://pt.wikipedia.org/wiki/Distribui%C3%A7%C3%A3o_de_renda (Acesso em 28/04/2020 às 15h)

[3] HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. Estud. av., São Paulo , v. 15, n. 41, p. 67-76, Apr. 2001 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 Abril 2020. https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100007.

[4] _____. **Distribuição De Qual Renda**?. P. 01-06, setembro de 2019. Disponível em: http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2019/08/DISTRIBUIRH.pdf

[5] _____. Distribuição Da Renda, Brasil, 2017. P. 01-24, fevereiro de 2019. Disponível em: http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2019/02/RDABR17C.pdf

[6] INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA – FGV, **Boletim Macro**, março de 2020.

[7] IPEA; CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania**. 1. ed. Brasília: [s. n.], 2013. 494 p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020.

[8] _____. **Desiguladade.** Disponivel em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf (Acesso em 25/04/2020 às 11h)

[9] MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

[10] ONTELE, Tereza Lúcia Lima; CRISOSTOMO, Vicente Lima. PROUNI - **pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas**. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 21, n. 3, p. 739-766, Nov. 2016 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000300739&lng=en&nrm=iso>. access on 24 June 2020. https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300005.

[11] SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA (SPE) do Ministério da Economia. **Panorama Macroeconômico** - Março de 2020"

INTERNET

[12] https://www.politize.com.br/desigualdade-social/ (Acesso em 27/04/2020 às 10h)

[13] https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/30/Como-est%C3%A1-a-desigualdade-de-renda-no-Brasil-segundo-o-IBGE (Acesso em 27/04/2020 às 12h)

[14] http://www.fazenda.gov.br/noticias/2016/maio/200bspe-divulga-relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-no-brasil (Acesso em 26/04/2020 às 14h)

[15] https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11974/1/Distribui%C3%A7%C3%A3o%20de%20renda%20como%20pol%C3%ADtica%20de%20desenvolvimento_P.pdf (Acesso em 26/04/2020 às 16h)

[16] http://siteprouni.mec.gov.br/como_funciona.php (Acesso em 24/06 às 16h)

[17] https://www.google.com.br/amp/s/exame.com/blog/sergio-vale/os-desafios-economicos-de-2020-aumentaram/amp/

[18] https://www.metapolitica.com.br/amp/desafios-economicos-do-brasil-em-2020
[19] https://exame.com/economia/4-formas-de-diminuir-a-desigualdade-aumentando-o-crescimento/
[20] https://gizmodo.uol.com.br/paradoxo-fermi/